

Acidentes de viação fizeram mais 21 mortos na semana passada em Moçambique

Mais 21 pessoas morreram em Moçambique vítimas de acidentes de viação causados por velocidade excessiva, má travessia de peões e condução sob o efeito do álcool.

Texto: Redacção

Os óbitos foram registados na semana de 6 a 12 de Abril pela Polícia da República de Moçambique (PRM) em 29 acidentes de viação, 14 deles atropelamentos, que fizeram ainda 12 feridos graves e 39 ligeiros apesar do aumento da fiscalização.

Em comunicado a PRM indica ter fiscalizado 49.172 viaturas em todo o país, mais 3 mil do que na semana anterior, tendo apreendido 1.542 por diversas irregularidades, o dobro dos automóveis apreendidos na semana anterior.

As autoridades referem ter detido 25 condutores por condução ilegal, apreendido 81 livretes e aplicado 7.508 multas na semana em referencia.

Ministro Maleiane confirma acordo para reestruturar da dívida da MAM; Garantias Soberanas da Proindicus serão retiradas



O ministro Adriano Maleiane confirmou ao @Verdade foi alcançado um acordo de princípios para reestruturar a dívida de 535 milhões Dólares da Mozambique Asset Management SA (MAM), uma das 3 empresas que contraiu empréstimos com Garantias do Soberanas ilegais entre 2013 e 2014. Entretanto o @Verdade apurou que o Governo, tendo em conta a corrupção revelada pelas autoridades norte-americanas, informou ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que deverá repudiar as Garantias Soberanas concedidas à Proindicus.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Felex Matsinhe

continua Pag. 02 →

PGR informa 4ª feira que “falta de disponibilidade financeira” mantém muito alto rácio de magistrado por cidadãos em Moçambique

A Procuradora-Geral da República (PGR) vai na próxima 4ª feira informar aos deputados da Assembleia da República que “o país continua com uma cobertura em magistrados abaixo do desejado”, actualmente 1 magistrado está para 63.712 habitantes e distritos existem onde 1 representante do Ministério Público está para mais de 600 mil moçambicanos fundamentalmente por “falta de disponibilidade financeira”.

Texto: Adérito Caldeira

Na 5ª Informação que vai prestar a Assembleia da República, e poderá ser a última do seu mandato, Beatriz Buchili vai revelar que a “falta de disponibilidade financeira para a nomeação dos candidatos à magistratura” continua a deixar a Justiça longe dos cidadãos, principalmente os mais desfavorecidos

São apenas 453 magistrados, mais 5 do que em 2018, para os 28.861.863 moçambicanos o que “revela que o país continua com uma cobertura em magistrados abaixo do desejado”, dirá no Parlamento.

Desde o ano passado aumentou 1 magistrado na Procuradoria-Geral, saiu 1 do Gabinete de Combate à Corrupção de Nampula, entraram 2 novos no Gabinete de Combate a Corrupção

Tabela nº 1: Distribuição de Magistrados do Ministério Público pelo País

Nº	ÓRGÃOS/INSTITUIÇÕES	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Procuradoria-Geral da República	13	11	12	16	14	17	20	25	26
2	Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público	1	1	1	1	1	1	1	1	1
3	Inspeção do Ministério Público	2	2	2	2	2	7	7	5	5
4	Gabinete Central de Combate à Corrupção	6	4	4	4	4	6	6	6	6
5	Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Nampula	2	2	3	3	3	4	4	5	4
6	Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Sofala	2	2	3	3	3	3	3	2	4
7	Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Inhambane	2	2	2	2	2	3	3	3	3
8	Sub-Procuradoria-Geral de Nampula	1	2	2	2	2	3	3	3	4
9	Sub-Procuradoria-Geral da Beira	1	2	2	2	2	3	3	3	4
10	Sub-Procuradoria-Geral de Maputo	4	3	3	3	3	5	6	7	7
11	Procuradorias Provinciais	97	108	113	118	105	113	126	104	152
12	Procuradorias Distritais	142	159	165	196	229	215	265	283	237
13	Centro de Formação Jurídica e Judiciária	1	1	1	1	1	(a)	1	1	0
14	Ministério da Administração Estatal	1	0	0	0	0	0	0	0	0
15	UEM - Faculdade de Direito	2	2	2	2	2	2	1	0	0
Total		277	301	315	355	373	382	449	448	453

a) Assistida por acumulação.

MAE: Destacado para exercer funções de Administrador Distrital;

UEM: Exercício da actividade de docência e membro do Conselho da Faculdade de Direito.

de Sofala, 1 novo entrou na sub-Procuradoria-Geral de Nampula e 1 outro na Beira, 48 novos magistrados foram destacados

para as Procuradorias provinciais, porém 46 deixaram as Procuradorias distritais e 1 outro o Centro de Formação Jurídica e Judiciária.

Mas a PGR irá aprofundar “a necessidade de melhorar a proporcionalidade de magistrado por número de

continua Pag. 02 →

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o

XICONHOCA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - Ministro Maleiane confirma acordo para reestruturar da dívida da MAM; Garantias Soberanas da Proindicus serão retiradas

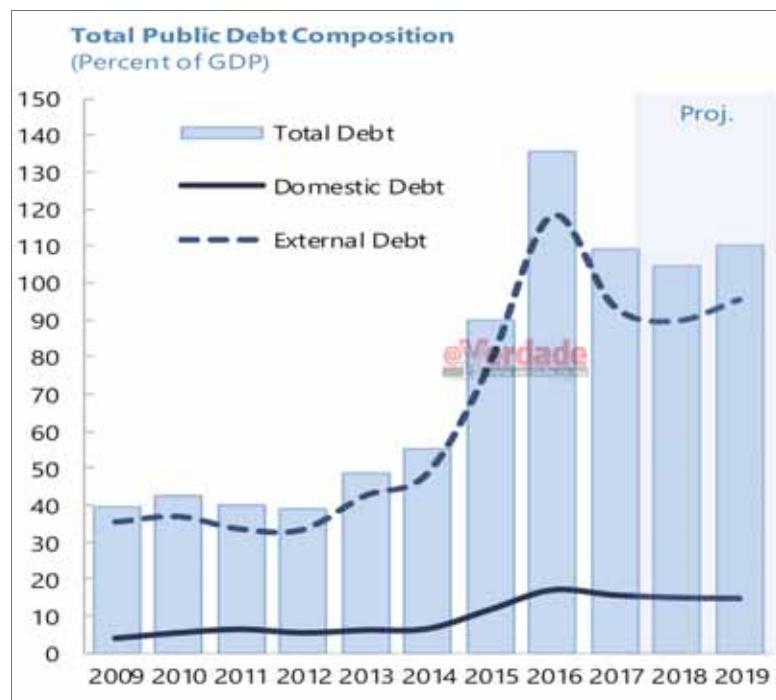
O ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, revelou nesta quinta-feira (18) ao @Verdade que: “Com o VTB e MAM estamos num nível como estamos com os bondholder, existe um acordo de princípios mas também na base daquilo que agora aconteceu (caso de corrupção revelado pela Justiça norte-americana envolvendo o ministro Manuel Chang e outros arguidos do banco Credit Suisse e do Grupo Privinvest) estamos a melhorar o modelo de forma a que o Estado não seja prejudicado”.

Trata-se de um empréstimo de 535 milhões de Dólares norte-americanos contraídos em 2014 ao banco Russo VTB Capital com Garantia Soberana do Estado assinada pelo então ministro Manuel Chang, porém sem a imperativa aprovação da Assembleia da República e violando o limite da Lei Orçamental desse ano.

De acordo com o contrato de financiamento a que o @Verdade teve acesso inicialmente a amortização do capital, que deveria ter iniciado a 23 de Maio de 2016 e se tivesse sido honrada estaria terminada a 23 de Maio próximo, acrescida de juros custaria a empresa 644.021.520 Dólares.

A MAM nunca pagou nenhuma amortização e o Executivo de Filipe Nyusi também não portanto ambos estão a dar um calote ao banco russo que só em juros vencidos em 2018 contabilizava 188 milhões de Dólares aos quais se juntavam

ansiadas receitas da exploração do gás natural existente na Bacia do Rovuma, efectuar amortizações significativas e pagar tudo até meados da década de 2030. No total Moçambique iria pagar cerca de 1,5 bilião de Dólares.



penalizações de 14 milhões Dólares norte-americanos.

Maleiane não explicou qual é o modelo de reestruturação que está acordado mas o @Verdade sabe que será similar ao acordo com os bondholder da EMATUM que passa por reduzir para um montante sustentável as prestações dos juros a serem pagas até 2023 e a partir de então, já com as

Proindicus deverá entrar num processo normal de falência

Relativamente ao empréstimo de 622 milhões Dólares norte-americanos contraídos em 2013 pela Proindicus SA aos bancos Credit Suisse e VTB Capital, e que em 2016 o Governo de Nyusi amortizou uma parcela do capital e juros, tudo no montante

de 67.514.720 Dólares, o ministro Adriano Maleiane apenas declarou ao @Verdade que “está claro que a Justiça já em processo de retirada da Garantia, mais isso é assunto da Procuradoria-Geral da República”.

O jornal Zitamar News revelou que o Executivo informou a Missão do FMI que visitou o nosso país que “não tem intenção de apoiar a Proindicus que deverá entrar num processo normal de falência comercial”.

Com respaldo na acção cível intentada pela Procuradoria-Geral da República no The High Court of Justice, Business and Property Court's of England and Wales, Commercial Court, “contra os bancos, empresas e gestores intervenientes na contratação dos empréstimos”, o Governo espera poder repudiar as Garantias Soberanas emitidas para a Proindicus, empresa que o ex-Presidente Armando Guebuza disse ser “das Forças de Defesa e Segurança, tendo como principal objectivo a protecção da Zona Económica Exclusiva de Moçambique”.

Criada a 8 de Janeiro de 2013 a Proindicus foi a primeira das três empresas estatais que contrai-

ram empréstimos com Garantias Soberanas do Estado ilegais e é participada pelo Ministério da Defesa Nacional, através da sua sociedade anónima Monte Binga, e pelos Serviços Sociais do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE), através da GIPS (Gestão de Investimentos, Participações e Serviços, Limitada).

Esta posição do Executivo levou já o Fundo Monetário Internacional a retirar a dívida da Proindicus do Stock Total da Dívida Pública de Moçambique, são menos 4,2 por cento em percentagem do Produto Interno Bruto que ainda assim não reduzem a insustentabilidade, em 2018 deverá rondar os 111,9 por cento e voltar a crescer em 2019, para 118 por cento, com a inclusão do endividamento necessário para a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos.

Moçambique precisa de tornar a Dívida Pública sustentável não só para ter condições de pagá-la mas principalmente para poder negociar um novo Programa financeiro com o FMI cujas directivas impedem de “empréstimo a um país cuja dívida é insustentável”, como explicou recentemente, em Maputo, Ricardo Velloso.

→ continuação Pag. 01 - PGR informa 4ª feira que “falta de disponibilidade financeira” mantém muito alto rácio de magistrado por cidadãos em Moçambique

habitantes, de modo a garantir a efectiva disponibilidade dos serviços do Ministério Público ao cidadão” com os exemplos de dois distritos onde o rácio é alarmante.

“O Distrito de Milange, na Província de Sofala, por exemplo, 1 magistrado está para mais de 600 mil habitantes, numa extensão de 9.860 quilómetros quadrados”, dirá Buchili e dará ainda o exemplo do “Distrito de Mogovola, na Província de Nampula onde 1 magistrado está para cerca de 400 mil habitantes numa extensão de 4.771 quilómetros quadrados”.

De acordo com a Procuradoria-Geral da República o défice de magistrados nas Procuradorias Provinciais da República e nos Gabinetes de Combate à Corrupção tem “repercussões negativas na direcção da instrução preparatória, celeridade processual e no combate efectivo à corrupção, o que nos remete, constantemente, ao regime de acumulação de funções”.

Moçambique pediu 110 milhões de Dólares ao FMI para equilibrar deficitária Balança de Pagamentos pós IDAI

O Governo de Filipe Nyusi formalizou um pedido de assistência financeira de emergência ao Fundo Monetário Internacional de 110 milhões de Dólares norte-americanos, para fazer face ao impacto das Calamidades Naturais no Centro de Moçambique na deficitária Balança de Pagamentos. No último trimestre de 2018 o Instituto Nacional de Estatística apurou um défice de 498,9 milhões de Dólares norte-americanos.

Texto: Adérito Caldeira

Ainda estão a ser realizados os levantamentos dos custos de reconstrução das infra-estruturas Públicas e privadas que foram devastadas pelo Ciclone IDAI e as cheias que se seguiram há pouco mais de um mês e afectaram 1.514.662 moçambicanos nas províncias de Sofala, Manica, Zambézia e Tete. Pelo menos 93 unidades sanitárias foram danificadas assim como 3.504 salas de aulas. Há registo de 239.731 casas que ficaram inundadas ou mesmo destruídas pela força dos ventos de mais de 200 quilómetros por hora e da água dos rios que inundou povoa-

ções, destruiu estradas e pontes, e afectou 715.378 hectares de machambas.

Até ao início desta semana 603 pessoas foram dadas como mortas as quais se juntam outras oito vítimas pelo surto de cólera que entretanto eclodiu na Província de Sofala e afectou 6.075 pessoas nos distritos do Dondo, Búzi, Nhamatanda e na Cidade da Beira. Há ainda o registo de 11.565 casos de malária na Província de Sofala.

“Tendo em conta a escala de danos sem precedentes as nossas estimativas preliminares sugerem

que a reconstrução poderá custar 1,2 bilião de Dólares norte-americanos” afirma o Governo em missiva enviada à director do FMI no passado dia 10 de Abril e que o @Verdade teve acesso.

O Governo juntou a esse montante os 300 milhões de Dólares, do Plano de Resposta Humanitária das Nações Unidas, o que eleva para 1,5 bilião de Dólares os custos preliminares, são cerca de 10 por cento do Produto Interno Bruto, que deverão ser gastos 900 milhões de Dólares para fazer face ao impacto das Calamidades Naturais em 2019, 500 mi-

lhões em 2020 e os restantes 200 milhões em 2021.

Com esse cenário catastrófico o Executivo formalizou, em carta assinada pelo ministro Adriano Maleiane e o Governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela, um pedido de assistência financeira de emergência no valor de 85,2 milhões de SDR (cerca de 110 milhões de Dólares norte-americanos) para equilibrar o défice da Balança de Pagamentos, no último trimestre de 2018 foi de 498,9 milhões de Dólares norte-americanos, mas que deverá agravar-se com os danos deixados pelo IDAI.

Xiconhoquices

Secretário de Estado

O consenso entre os três principais partidos com assento na Assembleia da República em torno do “pacote da Descentralização” só adia os inevitáveis conflitos que irão acontecer quando os secretários de Estado, com todas as mordomias a que têm direito, começaram a digladiar-se com os governadores que serão eleitos nas províncias. O “espantinho do Estado”, como lhe chamou o reputado juriconsulto e ex-deputado da Assembleia da República (AR), Teodoro Waty, foi empoderado de responsabilidades administrativas e políticas justamente porque o partido no poder desde 1975 sabe que as suas chances de eleger governadores no Centro e Norte não é garantida.

Lei de branqueamento de capitais

Tal como as milhares de leis que Moçambique tem, aquela que deve prevenir o branqueamento de capitais é boa, a xiconhoquice é fragilidade, propositada ou não, das instituições que as devem implementar. Em vigor há 5 anos tem servido principalmente para dificultar ainda mais a inclusão financeira. Um cidadão que tenha de movimentar os míseros rendimentos do seu empreendedorismo informal é obrigado a toda uma panóplia de formulários e documentos. Mas aqueles que movimentam quantias “não irrisórias” continuam a fazê-lo sem dificuldades principalmente as chamadas Pessoas Politicamente Expostas, é só ver como o bando das dívidas ocultas branqueou os milhões de dólares que roubou ao povo envolvendo o Governador do próprio banco central.

Privilégios do futebol

Os jovens campeões africanos de voleibol de praia quando foram para o Egipto revalidar o título continental e garantir, pela segunda vez consecutiva, que Moçambique participe num Mundial não tiveram a direito aos incentivos morais do Presidente da República, que aos sempre perdedores “Mambas” não só diz “eu confiou em vocês” como ainda concede apoios financeiros que superam tudo quanto a Federação de voleibol precisa para funcionar durante um ano. A xiconhoquice agravou-se porque no regresso, carregando brilhantes medalhas de ouro, nem sequer tiveram a honra de serem recebidos pelas ministras do Desporto cuja agenda de trabalho é nula!

Editorial

averdademz@gmail.com

Precisamos de investimentos em barragens e não favores de eSwatini

Tem sido propagandeado que o Presidente Filipe Nyusi não se deslocou para o epicentro da região massacrada pelo Ciclone IDAI imediatamente por teve de ir a Swazilândia (agora eSwatini) negociar mais água para os maputenses que, desde a semana passada, estão a ver mais água chegar à Estação de Tratamento do Umbelúzi e por isso as restrições na distribuição poderão abrandar.

Fazendo fé nas palavras do João Machatine o rio Umbelúzi está a ser bafejado com a bondade dos swatis que além da quantidade de água negociada por Nyusi e o Rei Mwati III estão a deixar jorrar ainda mais do precioso líquido que têm retido na

sua barragem de Mnjoli durante os sucessivos anos de seca que temos enfrentado.

Mas se a seca, a pior dos últimos 30 anos, é uma inevitabilidade há mais de uma década que se sabe que mesmo que o Umbelúzi estivesse na sua plenitude a água lá tornada potável seria insuficiente para todos os cidadãos de Maputo, Matola e Boane por isso a crise seria evitável com os melhoramentos e acréscimos na Barragem de Corumana assim como a edificação da Barragem de Moamba Major e que não custariam nem sequer um quarto dos 2 biliões de Dólares contratados em dívidas ilegais para a uma utópica protecção costeira.

As obras de Moamba Major ficaram-se pelos 10 por cento porque o Executivo de Nyusi preferiu gastar 329 milhões de Dólares, entre 2015 e 2016, a amortizar as prestações das dívidas ilegais das EMATUM e da Proindicus em vez de investir somente 220 milhões de Dólares na infra-estrutura que está orçada em 320 milhões de Dólares norte-americanos e seria participada pelo Brasil.

Aliás com a opção pelas dívidas ilegais Moçambique está também a dar calotes ao Brasil, nos empréstimos contraídos para a construção do Aeroporto de Nacala, e agora já nem sequer é elegível para novos crédito do país sul-americano.



goste de nós no [facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

Está em aberta desde o passado dia 1 Abril, até 30 de Novembro, a época de caça em Moçambique durante a qual o Governo, através do Diploma Ministerial nº 23/2019 de 15 de Março, rubricado pelo ministro Celso Correia, estabelece as quotas para o abate de 19.864 animais selvagens. Destacam-se no documento na posse do @Verdade os 49 leões, 103 leopardos e 25 elefantes a serem abatidos ao que tudo indica por caçadores.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/68337>



Angelo Constantino

Malache Temos tantos

Leopardos e Elefantes ate o ponto de fazermos um abate? Creio que nao e se realmente forem tantos podemos muito bem doar para os outros paises que tem em falta, nem que seja para um ZOO mas abater nao e nao. · 2 dia(s)



Felix Magrimuca REPUDIO A INICIATIVA GOVERNAMENTAL. · 2 dia(s)



Nelcio Buque A África do Sul fazendo um exercício em conjunto com o governo para repovoar áreas faunísticas com espécies como leões e elefantes, o mesmo governo aprova o abate destas espécies protegidas! Duh! Esta informação deve chegar às ONG's protetoras de animais como a WWF e outras. Não terminem por aqui @verdade, façam o vosso papel de jornalistas e cheguem até onde puderem para obter respostas. · 3 dia(s)



Tomé Agostinho nao li nada passei pra ver. · 2 dia(s)



Juliao Muchanga O Botswana, se a memória não me atraiçoa, nos doou 500

elefantes para o repovoamento e são mesmos que vão ser caçados. Porquê não os aceitamos já abatidos? Vamos caçar animais em vias de extinção? · 3 dia(s)



Jordan Lagartizscha Botswana sequer devia ter doado os animais. · 2 dia(s)



Araújo Abdula Só passei para dizer que estou morto, tem alguém por aí que possa ajudar a procurar do profeta alpha Lukako para que me ressuscita ? Por favor gente · 3 dia(s)



Pm Bero Se matar elefantes,o que vai se fazer com o Marfim? · 16 h



Jenaro Lopez Lamentável · 2 dia(s)



Maria Manuela Lopes A ser verdade é absolutamente vergonhoso. · 2 dia(s)



Jordan Lagartizscha Mas...é verdade isso? Caçar elefantes, leopardos..., que raio de nação é esta que ainda outro dia condenava o abate de animais pois o país estava a

ficar “órfão” desses animais e hoje declara que o período de caça está aberto? Pessoal, alguém afim de bazar para GB como sugeriu o MC Roger? · 3 dia(s)



Neide Castel Branco Jordan Lagartizscha lol enche as contas bancarias e e essa a unica preocupacao. · 3 dia(s)



Kino Florentino Silva Este país tem cada maluco. · 3 dia(s)



Esdras Daúce Jr. so apoio o abate de crocodilos. quero ver rios mocambicanos livres dos crocodilos · 2 dia(s)



Wizzy Def Triste, fazem de idiotas os que ajudam no repovoamento dos animais! Botswana, Zimbábue e África do Sul são marionetes dos gatunos da nação Moçambicana Eis a metodologia dos governantes Moçambicanos “ corrigi-se um erro cometendo outro, por sinal pior!”, Os que aprovam essa barbaridade ganham comissões! · 2 dia(s)



Patricia Álvares da Guerra Vergonhoso. O abate de especies protegidas não deve ser visto como alternativa à má gestão do orçamento de estado que deveria ser usado para melhorar a vida das populações. Todos sabemos que a caça pode ser sim uma fonte de rendimento QUANDO BEM GERIDA e em PAÍSES onde o Governantes não estejam constantemente ligados a desvios no orçamento de Estado. FEIO, MUITO FEIO... UMA VERGONHA. · 2 dia(s)



Angelo Constantino Malache Repugnante!!! · 2 dia(s)

Xiconhoca

Procuradora-Geral da República

Poucos moçambicano tem expectativas sobre o desempenho de Beatriz Buchilli mas a Procuradora-Geral da República vai continuar a surpreender-nos pela negativa. Desta vez além de reportar a Assembleia da República sobre trabalhos que o povo não vê acontecer vai revelar que os grandes culpados pelas dívidas ilegais são apenas Manuel Chang e António Carlos do Rosário e o grupelho de parasitas que ganhou várias dezenas e milhões de dólares com a negociata que arrastou o nosso país para a crise que vivemos. A Xiconhoca ignora que o outrora “guia visionário” assumiu que os empréstimos ao Credit Suisse e ao VTB tinham sido contraídos “em defesa da Pátria Amada e do maravilhoso povo moçambicano”!

Futebol feminino

Será um dos mais sábios ditados populares: não se fazem omeletes sem ovos! Neste caso não se faz uma selecção sem existirem clubes e competições abrangentes que revelem o talento que existe entre as meninas do nosso país. A humilhação imposta pelo Malawi só surpreende pelo expressivo resultado que entrará nos anais da história. Diga-se, em abono da verdade, que as meninas da selecção até não são as verdadeiras Xiconhocas mas antes os auto-proclamados dirigentes que para garantir os dólares da FIFA as usam para manchar o enlameado nome de Moçambique no futebol.

Fernanda Moçambique

A Xiconhoca que pertence a máquina da fraude do partido que governa Moçambique desde 1975, apanhada em 2014 com boletins de voto preenchidos para serem introduzidos nas urnas das intercalares do Guruê, foi recompensada há poucas semanas com a nomeação para o cargo de Administradora do Distrito do Limpopo passando a mamar ainda mais directamente do Estado!

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telefóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telefóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emildo Sambo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino;

Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.

Sociedade

Pacote eleitoral da Descentralização “chancelado” pela Assembleia da República com várias competências transitórias até 2024

A Assembleia da República findou nesta quarta-feira (17) a aprovação, por consenso entre as três bancadas parlamentares, a revisão de todo o “pacote eleitoral da Descentralização”, deixando no entanto várias competências transitórias até a realização das eleições distritais em 2024.

Texto: Redacção

Os partidos Frelimo, Renamo e MDM não se alongaram em debates e nem foi preciso recorrer a votação para confirmarem as cinco leis, na generalidade e na especialidade, que resultantes dos entendimentos alcançados por Filipe Nyusi e o falecido Afonso Dhlakama na senda da paz definitiva para Moçambique.

Nesta quarta-feira (17) foram aprovadas em definitivo pela Assembleia da República a Lei de Organização e Funcionamento da Assembleia Provincial, a Lei para a Eleição dos Membros da Assembleia Provincial, o Projecto de Revisão da Lei nº 8/2013, de 22 de Fevereiro, Lei de Eleição do Presidente da República (PR) e dos Deputados da Assembleia da República (AR) e ainda a lei que estabelece o quadro legal sobre a Organização e o Funcionamento dos Órgãos de Representação do Estado

na Província.

Porém o número 1 do artigo 38 deste último dispositivo legal (Criação de serviços distritais e designação dos dirigentes dos órgãos locais do Estado) estabelece que “até à realização das eleições distritais a terem lugar em 2024, compete ao Conselho de Ministros definir a estrutura orgânica do Governo Distrital e criar os Serviços Distritais, dependendo das necessidades, oportunidades e capacidades de desenvolvimento económico, social e cultural de cada distrito”.

Já o número 2 do mesmo artigo estipula que “transitoriamente, até à realização das eleições distritais a terem lugar em 2024, compete ao Ministro que superintende a área de administração local do Estado, ouvido o Governador de Província, praticar os seguintes actos administrativos a) designar o Secretario Perma-

nente Distrital, o Director de Serviços Distritais, o Chefe do Posto Administrativo, o Chefe de Localidade e o Chefe de Povoação; b) designar o substituto do Administrador Distrital, do Secretario Permanente Distrital, do Director de Serviços Distritais, do Chefe de Posto Administrativo, do Chefe de Localidade e do Chefe de Povoação, nos impedimentos destes por um período igual ou superior a 30 dias”.

O número 1 do artigo 39 da Proposta de Lei dos Serviços de Representação do Estado na Província (Derrogação) estabelece que “são derogados as Leis nº 8/2003, de 19 de Maio e nº 11/2012, de 8 de Fevereiro e a legislação complementar no que se refere à governação de âmbito provincial”, para o número 2 desta mesma Proposta de Lei sublinhar que “mantém-se em vigor os artigos 4, 5, 7, 8 e 9 da Lei nº 8/2003, de 19 de Maio e os artigos 1, 2, 3 e

6 da Lei nº 11/2012, de 8 de Fevereiro, até à realização das eleições das assembleias distritais”.

“As disposições contidas nas Leis nº 8/2003, de 19 de Maio e nº 11/2012, de 8 de Fevereiro e a legislação complementar atinente ao âmbito de governação distrital, mantém-se, transitoriamente, em vigor até à realização das eleições das assembleias distritais a terem lugar em 2024, com a excepção do nº 3 do artigo 41; do nº 2 do artigo 43 da Lei nº 8/2003, de 19 de Maio, dos nºs 5, 6 e 7 do artigo 6, do nº 6 do artigo 34, dos nºs 5, 6 e 7 do artigo 46, dos nºs 2 e 4 do artigo 49 e do nº 3 do artigo 50B da Lei nº 11/2012, de 8 de Fevereiro, que são revogados” é o que estipula o nº3 do artigo 39 desta Proposta de Lei que, no seu nº 4, explicita que “são revogadas as disposições que contrariem a presente Lei”.

Standard Bank abre nova agência em Balama

O Standard Bank abriu, recentemente, no distrito de Balama, na província de Cabo Delgado, a maior e mais moderna agência bancária naquele distrito, contribuindo, desta forma, para a criação e consolidação de um sistema financeiro nacional inclusivo nas zonas rurais.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

O empreendimento dispõe de uma área para atendimento tradicional e outra digital, equipada com ATM para depósitos e para levantamentos, disponíveis 24 horas por dia, o que vai ajudar os empresários, e todos os restantes cidadãos de Balama, a guardarem os seus recursos financeiros a qualquer hora do dia, de forma rápida e segura.

A abertura da agência de Balama enquadra-se na estratégia de negócio do Standard Bank de estar cada vez mais próximo dos seus clientes, servindo com rigor e oferecendo tecnologia de ponta, para que possam aceder às suas contas e transaccionar a qualquer hora do dia.

Pretende-se com a nova infraestrutura catapultar a actividade comercial da região e impulsionar o processo de bancarização rural, alavancando o desenvol-

vimento económico e social do País.

Trata-se do reforço do compromisso do Standard Bank para com os seus clientes e mais uma demonstração da sua habilidade

para servir a indústria mineira, que representa a actividade de maior vulto na região.

Importa realçar que está previsto, até finais de Agosto do corrente ano, o fornecimento de 20

mil toneladas de grafite natural da mina de Balama, onde serão aplicados 30 milhões de dólares norte-americanos para transformar o grafite extraído em matéria-prima a ser vendido aos produtores de baterias.



Xiconhoquices

Apoio presidencial ao Moçambola

A preocupação de Filipe Nyusi com o Campeonato Nacional de Futebol, Moçambola, é sem sombras de dúvidas um acto de Xiconhoquite por excelência. Aliás, em ano de Eleições Gerais, o Chefe de Estado, por sinal o candidato do partido Frelimo, “forçou” as Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), os Aeroportos de Moçambique e a Petromoc a carregarem o deficitário campeonato nacional de futebol no sistema de todos contra todos, cujo pontapé inicial está marcado para 27 de Abril na Cidade da Beira. São mais de 60 milhões de Meticais que superam todo dinheiro alocado as restantes 35 Federações desportivas. O mais caricato é que se trata de uma modalidade que não tem trazidos resultados satisfatórios.

Importação de cerveja

A cada dia que passa fica claro que falta agenda para o Governo da Frelimo. Num país em que a população debate-se com problemas sérios de alimentos, tem-se assistido o aumento de importação de bebidas alcoólicas. A título de exemplo, o aumento da importação de cervejas pelas empresas Cervejas de Moçambique e Heineken está a pressionar a Balança de Pagamentos do nosso país e a contribuir para a depreciação do Metical. Apenas em 2018 mais de 48 milhões de dólares norte-americanos foram gastos na importação de cerveja. Ou seja, a situação de sobrevivência dos moçambicanos vai-se deteriorando devido a um bando de indivíduos preocupados com encher os seus bolsos, embriagando os moçambicanos.

Diálogo para paz

O diálogo entre Filipe Nyusi e Ossufo Momade com vista a paz efectiva já começa a ficar claro que se trata de mais um artemanha para boi dormir. Aliás, há mais de oito meses após a assinatura do Memorando de Entendimento sobre os Assuntos Militares, entre Filipe Nyusi e Ossufo Momade, continua sem data para acontecer o Acordo de Cessação das Hostilidades e de Paz em Moçambique que deveria ser assinado no mês em curso (Abril). Embora os líderes reafirmem vezes sem conta a vontade de prosseguir com o diálogo, parece que só falam através dos media, mas não dizem grande coisa. Os moçambicanos continuam na incerteza e na ignorância sobre o assunto.

“Shaabab” arguidos em Cabo Delgado são 339 e acusados de crimes contra a vida



Os insurgentes que aterrorizam a Província de Cabo Delgado desde 2017, apelidados pelos locais de “Al Shaabab”, que estão detidos pelas autoridades e são arguidos em 19 processos totalizam 339 homens e mulheres, dos quais 275 estão em prisão preventiva indica a Procuradora-Geral da República (PGR) no Informe que brevemente irá apresentar à Assembleia da República e onde enquadra os actos bárbaros nos “crimes contra a vida” e indica que o procedimento criminal contra Andre Hannekom foi extinto.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 06 →

ANAC esclarece abate de 25 elefantes: “Moçambique foi autorizado a fazer a caça desportiva do Elefante”

Mais de 10 dias após o @Verdade ter solicitado esclarecimentos ao Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural e a Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC) sobre a Quota de abate de elefantes em 2019 a ANAC esclareceu que: “(...) de acordo com a Disposição Legal da CITES do ano 2000, Moçambique foi autorizado a fazer a caça desportiva do Elefante através de quotas atribuídas pela convecção, porque entende-se que o país tem população viável da espécie”.

Texto: Redacção

“O Elefante (*Loxodonta africana*) é uma espécie cuja caça é permitida no território nacional, através das licenças Modelo A e F, de acordo com o regulamento de caça aprovado pelo Decreto 81/2017 de 29 de Dezembro. A referida caça deve ser realizada de forma sustentável, recorrendo a instrumentos técnicos e legais em vigor na República de Moçambique”, esclareceu a ANAC.

Ademais, “(...) de acordo com a Disposição Legal da CITES do ano 2000, Moçambique foi autorizado a fazer a caça desportiva do Elefante através de quotas atribuídas pela convecção, porque entende-se que o país tem população viável da espécie”.

Através de um ofício enviado ao @Verdade a Administração Nacional das Áreas de Conservação explicou ainda que: “Este abate controlado significa a selecção de animais velhos e machos. Contribui também para o controlo do conflito homem-fauna bravia em áreas onde o Elefante é abundante. Importa salientar que no passado, Moçambique recebia a partir do Scretariado da CITIES (en-

Animal/espécie	Anno Livre	Contratos de Numa e Cabo Delgado	Quotas de Numa e Cabo Delgado	Quotas de Numa e Cabo Delgado	Quotas de Numa e Cabo Delgado	Quotas Comunitarias	Total
Alcedo	0	13	0	0	0	0	13
Batoto	78	406	39	83	88	111	815
Cabrita Azul	1	47	0	0	0	0	48
Cabrita Chiquita	36	126	7	43	34	23	249
Cabrita Pequena	103	249	18	40	64	81	495
Chacra	93	369	40	86	21	46	615
Chacra Grande	13	107	0	0	0	0	120
Chacra	40	0	0	0	24	0	64
Cervo	7	46	14	0	11	7	84
Cervo	1033	112	40	84	0	122	1369
Cervo	103	173	0	12	84	90	472
Elasmo	90	173	11	43	7	18	384
Elasmo	0	0	0	0	0	0	0
Facoma	140	474	47	180	71	162	1164
Facoma	467	176	0	0	0	0	643
Capra de mont	103	429	0	40	10	10	1129
Capra de mont	12	184	0	19	0	23	243
Capra de mont	0	40	0	14	0	13	166
Capra de mont	0	15	0	0	0	23	43
Capra de mont	167	253	22	81	16	108	657
Capra de mont	17	176	21	13	46	23	486
Capra de mont	47	244	47	23	29	56	426
Capra de mont	11	103	0	26	26	0	166
Capra de mont	0	11	0	0	0	13	49
Capra de mont	479	13	0	0	13	23	535
Capra de mont	0	40	0	0	0	23	66
Capra de mont	46	103	13	43	13	313	518
Capra de mont	12	173	7	14	0	0	199
Capra de mont	13	10	0	4	0	0	27
Capra de mont	24	176	40	13	1	11	395
Capra de mont	170	171	0	40	17	162	560
Capra de mont	170	171	0	0	0	23	364
Capra de mont	10	267	14	0	0	14	391
Capra de mont	12	17	0	0	7	33	62
Capra de mont	2700	10	0	0	0	100	2810
Capra de mont	4	190	7	0	23	10	214
Total	8802	3446	437	940	741	1420	12984

tidade que assiste os 183 países membros na implementação da convenção, uma quota de 100 elefantes por ano, para a caça desportiva, como forma de promover o turismo cinerético no país”.

“No entanto, devido à redução de cerca de 49% desta espécie nas províncias do Norte do país causada pela caça furtiva, a ANAC tomou a iniciativa de reduzir a quota desta espécie, de 100 para cerca de 50 animais. Neste âmbito, tendo em conta a distribuição geográfica dos efectivos de Elefante a quota definida refelcte a moratória (entenda-se, não atribuição de quota) de caça do Elefante, nas zonas onde se registou uma redução da-quela população nos últimos anos”.

No documento enviado ao @Verdade a ANC enfatiza que a caça desportiva é uma legal e controlada e não deve ser “confundida com a venda de marfim” que continua a ser proibida em Moçambique.

“Relativamente aos ganhos económicos resultantes da caça desportiva desta espécie, importa esclarecer que o Estado arrecada de forma directa cerca de 10.000 USD, por cada Elefante (...) dos quais 20% são canalizados às comunidades locais”, concluiu a a Administração Nacional das Áreas de Conservação no seu esclarecimento.

Diga-nos quem é o

XICONHOCA

da semana

Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 05 - “Shaababes” arguidos em Cabo Delgado são 339 e acusados de crimes contra a vida

Na Informação que deverá em breve apresentar aos deputados do Parlamento Beatriz Buchili admite que os insurgentes estão a desafiar o Governo: “Em alguns pontos da Província de Cabo Delgado, com enfoque para os distritos de Macomia, Palma, Mocimboa da Praia, Quissanga e Nangade, temos estado a registar ataques às populações e instituições do Estado, em particular, as ligadas às Forças de Defesa e Segurança”.

“Os referidos indivíduos, usavam, inicialmente, catanas e outras armas brancas para ameaçar e agredir a população, bem como incitar à desobediência colectiva às leis, tendo passado a usar também armas de fogo, e a agir em grupos de maior dimensão” constatará ainda a PGR que enquadrar os nos “crimes contra a vida”.

A Procuradora-Geral da República vai assinalar o aumento dos ataques protagonizados pelos “Al Shabaab durante o ano passado “com homicídios e ofensas corporais, praticados de forma bárbara e cruel, ocasionando luto e tristeza no seio das comunidades, para além de forçar as populações a abandonarem os seus locais de residência em busca



de refúgio, o que sugere uma organização e estruturação daqueles grupos”.

Embora sem rosto os “Shaababes”, designação dada aos insurgentes pelos locais por se-

rem grupos maioritariamente compostos por jovens em árabe a expressão significar “A juventude”, continuam a espalhar o terror pela Província de Cabo Delgado havendo registo de ataques em pelo me-

nos seis dos 15 distritos.

“Relacionados com estes factos, foram, ao todo, instaurados 19 processos, com 339 arguidos, entre homens e mulheres, dos quais 275, em prisão preventiva e 64, em liberdade provisória, mediante Termo de Identidade e Residência”, informará Buchili que deverá ainda indicar que “Em 12 processos foi deduzida acusação e remetidos ao Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado, encontrando-se em instrução preparatória 7 processos”.

Entre Novembro de 2017 e Dezembro de 2018 o @Verdade, e outros medias que acompanham a insurgência em Cabo Delgado com fontes no terreno, contabilizaram pelo menos 288 vítimas mortais entre os quais 148 civis, 78 membros das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique e 62 “Shaababes”.

Extinto o procedimento criminal contra Andre Hannekom

No Informe a que o @Verdade teve acesso está destacado o Processo nº 356/2/P/2018, autuado no dia 17 de Dezembro de 2018. “Trata-se

de crimes de homicídio qualificado, armas proibidas, associação para delinquir, instigação ou provocação à desobediência colectiva, ordem e tranquilidades públicas, mercenarismo, terrorismo e contra a organização do Estado, em que 5 indivíduos de nacionalidades moçambicana, tanzaniana e sul-africana, são indiciados de envolvimento na preparação militar e assistência logística, traduzida no fornecimento de alimentação, pagamento de ordenado a grupo de indivíduos armados que protagonizam ataques no Distrito de Palma, Província de Cabo Delgado. No processo com 5 arguidos em prisão preventiva, foi deduzida acusação e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado, em 24 de Dezembro de 2018. Entretanto, um dos arguidos, de nacionalidade sul-africana, perdeu a vida no dia 23 de Janeiro de 2019, estando em relação a este extinto o procedimento criminal”.

Buchili vai apelar no seu Informe: “urge adoptar mecanismos eficazes de prevenção e repressão, de modo a garantir a tranquilidade, a integridade territorial e a soberania do nosso Estado”.

Apoio às vítimas do Idai: Cornelder desenvolve intensa campanha de ajuda humanitária

A Cornelder de Moçambique (CdM) encerrou, semana passada, a primeira fase do programa de assistência humanitária às vítimas do ciclone Idai, que consistiu numa mega-operação de salvamento de cerca de 2.500 vítimas das cheias que assolaram o distrito do Búzi, na província de Sofala.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Em resposta ao apelo lançado pelo Governo de Moçambique, a operação - realizada em coordenação com o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), entidades de Saúde, Polícia lacustre, Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) e Pescamar - consistiu na mobilização de embarcações para o resgate das vítimas, fornecimento de combustível, montagem de um posto transitório para assistência às vítimas e prestação de serviços de primeiros socorros, bem como fornecimento de refeições e vestuário.

A CdM, nesta fase, também garantiu o transporte das vítimas para os vários centros de acolhimento.

Uma vez interrompidas as operações de resgate, devido à diminuição das águas fluviais no distrito de Búzi e a instalação de centros de acolhimento em zonas seguras, tendo em conta que as vias de acesso permaneciam intransitáveis, a CdM em coordenação com as outras entidades envolvidas na operação, com destaque para o INGC e o Programa Mundial Alimentar (PMA), mobilizou mais embarcações para o transporte de produtos de primeira necessidade, medicamentos, suplementos, cobertores, e fardos de roupa.

Para o sucesso desta operação, foram gratuitamente disponibilizados os serviços de manuseamento e de estiva do Porto da Beira, para garantir que os produtos chegassem a tempo útil aos beneficiários.

De destacar que as operações de aju-



da humanitária da CdM não se traduziram apenas à assistência directa às vítimas, mas também na concessão de descontos ou isenções de taxas de manuseamento e armazenagem, aos navios com carga humanitária que dessem a Porto da Beira.

Para assegurar o rápido restabelecimento do abastecimento de água à Cidade da Beira, a CdM cedeu ao FIPAG-Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água, um gerador com capacidade de 1.500 KVA’s.

No geral, no quadro do programa de emergência, a CdM desenvolveu acções estimadas em cerca de 50 mil dólares norte-americanos (equivalente a mais de três milhões de meticais), como sua contribuição solidária directa na ajuda aos afectados pelo ciclone Idai.

Actualmente e como forma de dar seguimento à mitigação dos efeitos nefastos do ciclone, a direcção da CdM está a equacionar outras formas de abordagem solidária que emergem da necessidade de contribuir para a normalização da vida das populações.

Nyusi “força” LAM, Aeroportos e Petromoc a carregarem o Moçambola “de todos contra todos”

Em ano de Eleições Gerais o candidato do partido Frelimo e Presidente de Moçambique “forçou” as Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), os Aeroportos de Moçambique e a Petromoc a carregarem o deficitário campeonato nacional de futebol no sistema de todos contra todos, cujo pontapé inicial está marcado para 27 de Abril na Cidade da Beira. São mais de 60 milhões de Meticais que superam todo dinheiro alocado as restantes 35 Federações desportivas.

Desporto

Texto & Foto: Adérito Caldeira

Após vários avanços e recuos com negociações e renegociações pelo meio a Liga Moçambicana de Clubes LMF, com o apoio do “adepto fervoroso” Filipe Jacinto Nyusi, conseguiu materializar um campeonato nacional onde 16 clubes vão disputar o título no sistema de todos contra todos em duas voltas.

Após a Assembleia Geral extraordinária que chancelou o regresso ao figurino tradicional o presidente da LMF, Ananias Couana agradeceu “o apoio e todas as intervenções de Sua Excia Presidente da República, que, uma vez mais, oportunamente interveio junto das empresas do Estado para garantir o transporte aéreo dos clubes do Moçambola”.

O @Verdade apurou que o Chefe de Estado instruiu as LAM, Aeroportos de Moçambique e a Petróleos de Moçambique a continuarem a cavar buracos nas suas deficitárias contas, as empresas estão em falência técnica, para materializar a apelidada “maior festa desportiva dos moçambicanos” mas que não consegue gerar receitas para a sua sustentabilidade e nem sequer fazer surgirem jogadores que carreguem as equipas e as selecções



para troféus continentais.

O défice da LMF era de pelo menos 62 milhões de Meticais relativo as deslocações aéreas dos clubes. O @Verdade apurou que engenharia passou pelo patrocínio das passagens aéreas pelas LAM, os Aeroportos “patrocinarem” diversas taxas aeroportuárias que encarem ainda bilhetes enquanto a Petromoc, através da sua parceira PUMA, “patrocina” os combustíveis e lubrificantes que mantêm os aviões no ar.

A intervenção de Filipe Nyusi enquadrar-se na sua política de futebol e cerveja, único produto que não aumentou de preço desde o início da crise em Moçambique, e que o levou mesmo a “pidir” a multinacional Heineken que viabilizasse o Moçambola de unidade nacional e não no modelo de uma série do Sul e outra do Centro/Norte.

Entretanto, para tentar manter o campeonato financeiramente sustentável, na Assembleia Geral extraordinária deste sábado (13) em Maputo foi ainda aprovada a redução progressiva de clubes, em 2020 serão 14 equipas e em 2021 somente 12 disputarão o Moçambola.

O pontapé inicial do campeonato ficou marcado para o dia 27 de Abril na Cidade da Beira onde irão enfrentar-se o campeão, União Desportiva de Songo, e o promovido Têxtil do Punguê.

Confira as restantes partidas sorteadas para a 1ª jornada:

Incomati x Fer. Beira
Fer. Nacala x Desp. Maputo
L. Desp. de Maputo x Fer. Maputo
Maxaquene x ENH de Vilankulo
Baía de Pampa x Costa do Sol
Fer. Nampula x Desp. Nacala
Textáfrica de Chimoio x C. Chibuto

Sindicato Nacional dos Jornalistas demarca-se de Amade Abubacar

Eduardo Constantino demarcou o Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ) de Moçambique da luta pela libertação do jornalista de Amade Abubacar. "Actualmente ficou apenas a solidariedade com ele e não a defesa" afirmou o Secretário-Geral do SNJ.

Texto: Redacção

Constantino disse ao semanário "Domingo" que Abubacar já não era jornalista do Instituto de Comunicação Social e por conseguinte não podia estar a exercer a actividade para a Rádio Comunitária Naceje e declarou desconhecer para que media estaria a trabalhar.

Na óptica do Secretário-Geral do Sindicato Nacional dos Jornalistas, que é um experiente funcionário da Rádio Moçambique, não faz sentido um jornalista radiofónico fazer fotografias. "Actualmente ficou apenas a solidariedade com ele e não a defesa, tanto que não é membro do sindicato".

Recorde-se que Amade Abubacar está detido ilegalmente há 100 dias, alegadamente por ter sido surpreendido a tirar fotografias às Forças de Defesa e Segurança de Moçambique na vila de Macomia, na Província de Cabo Delgado, sem autorização e com o objectivo de publica-las em uma conta fictícia de uma rede social e por isso é acusado de violação de segredo de Estado por meios informáticos e instigação pública.

O @Verdade apurou que Abubacar colaborava com os jornais Carta de Moçambique e Zitamar News.

Se tens alguma denúncia ou queres contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Cervejas de Moçambique e Heineken gastam 48 milhões de Dólares na importação de cerveja e contribuem para depreciação do Metical



O aumento da importação de cervejas pelas empresas Cervejas de Moçambique e Heineken está a pressionar a Balança de Pagamentos do nosso país e a contribuir para a depreciação do Metical. Apenas em 2018 mais de 48 milhões de Dólares foram gastos na importação de cerveja.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 08 →

Venda de energia a Zâmbia terminou e EDM ficou por receber 3,7 biliões de Meticais

O negócio de exportação de energia da Electricidade de Moçambique (EDM) à Zâmbia Electricity Supply Corporation (ZESCO) continua a dar prejuízos ao nosso país. Para além dos danos ambientais causados pela Central eléctrica flutuante atracada em Nacala o @Verdade apurou que o contrato findou mas ficaram 3,7 biliões de meticais por serem pagos a eléctrica nacional.

Texto: Adérito Caldeira

As expectativas propaladas pelos presidentes de Moçambique, Filipe Nyusi, e da Zâmbia, Edgar Lungu, de "cooperação energética em benefício dos cidadãos e das economias", quando inauguraram a Central Termoeléctrica Flutuante na Cidade de Nacala, na província de Nampula, goraram-se.

Depois de em Dezembro de 2016 a EDM ter suspenso o fornecimento de energia à Zâmbia, devidos as dívidas acumuladas que ascendiam a 6,7 biliões de Meticais, o @Verdade apurou que o contrato com a ZESCO terminou e não foi renovado.

Entretanto, no seguimento de negociações que envolveram os governos de ambos países, a Zâmbia Electricity Supply Corporation amortizou uma parte da dívida acumulada no entanto até 31 de Dezembro de 2017 ainda tinha por pagar 3.694.194.092 Meticais ficando a Electricidade de Moçambique com o ónus de saldar com a Central Termoeléctrica Flutuante da Karpower.

Acrescem a este saldo os danos ambientais incalculáveis de uma termoeléctrica que funcionou queimando óleos de combustíveis pesados, um derivado de petróleo, que é um dos combustíveis que mais contribui para as Mudanças Climáticas.

EDM - ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE, E.P. NOTAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Montantes expressos em Meticals)		
16. Clientes		
Em 31 de Dezembro, a rubrica de clientes apresenta os seguintes saldos:		
	31-Dec-2017	31-Dec-2016
ZESCO LTD - ZAMBIA ELECTRIC SUPPLY CORPORATION	3.694.194.092	6.678.295.995
Impendentes acumuladas	7.821.912.389 (861.051.026)	19.487.736.045 (784.287.110)
	6.946.368.445	9.703.442.935
No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, adiantamentos de clientes no montante de 33.016.163 Meticais, (2016: 26.792.831 Meticais) foram classificados como outros passivos (Nota 17).		

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 07 - Cervejas de Moçambique e Heineken gastam 48 milhões de Dólares na importação de cerveja e contribuem para depreciação do Metical

O Instituto Nacional de Estatística revela que apesar de existirem pelo menos quatro fábricas de cerveja em Moçambique a sua venda reduziu 19 por cento, entretanto: “A importação de cerveja aumentou, face aos Trimestres homólogo de 2017 e anterior, em cerca 99,5 por cento e 22,5 por cento, respectivamente”.

Na sua mais recente “Síntese de Conjuntura Económica” o INE indica que a procura por cerveja nacional caiu acentuadamente em Outubro e Dezembro do ano passado, 30,88 por cento e 26,12 por cento, respectivamente. Em Novembro de 2018 registou-se uma subida de 2,7 por cento.

Castle, Hunters, Budweiser, Corona, Savanna, Sagres, Heineken ou Amstel, são algumas das marcas que parecem estar a inundar o nosso país. Em Outubro as importações aumentaram 127 por cento, em Novembro 127,5 por cento e em Dezembro 37,04 por cento, de acordo com o INE.

Dados da Balança de Pagamentos mostram que em Outubro foram despendidos 4,2 milhões de Dólares norte-americanos na importação de cerveja, em Novembro mais 3,9 milhões e no mês de Dezembro outros 2,2 milhões. Segundo o Banco de Moçambique os gastos com a importação de cerveja passaram de 27,1 milhões em 2017 para 48,7 milhões de Dólares norte-americanos em 2018.

O @Verdade perguntou as duas cervejeiras a operarem em Moçambique que quantidades importaram mas ambas não disponibilizaram essa informação.

Dados das Alfândegas de Moçambique a que o @Verdade

Importações de Bens (USD milhões)	nov-17	dez-17	2017	jan-18	fev-18	mar-18	abr-18	mai-18	jun-18	jul-18	ago-18	set-18	out-18	nov-18	dez-18	2018
Importações de bens - feio	466,8	497,6	8974,9	400,9	310,3	534,6	488,6	492,6	555,1	467,3	589,5	479,4	550,4	582,6	537,4	10666,9
1. Bens de Consumo	91,9	106,3	1915,7	113,9	102,6	195,4	164,1	135,9	199,8	128,5	153,9	115,3	121,9	123,9	106,3	2520,4
1.1 Alimentos	13,5	13,9	306,3	28,9	19,8	14,8	21,0	27,0	13,6	16,7	14,6	4,5	17,4	11,3	16,8	366,8
1.2 Têxtil	9,4	9,9	214,1	11,8	12,8	19,5	8,5	9,6	9,1	16,3	18,9	19,6	12,3	24,4	6,0	294,8
1.3 Aço	0,4	0,2	11,3	0,5	0,2	0,3	0,5	0,4	0,3	0,1	0,1	0,2	0,1	0,0	0,2	5,8
1.4 Óleo alimentar	5,1	2,0	129,1	2,7	2,0	3,1	3,4	7,4	13,1	6,3	31,8	8,7	11,4	8,2	13,7	190,3
1.5 Carnes e Múltiplas de Aves	0,8	2,0	13,0	1,3	1,0	0,7	0,6	0,6	0,5	0,9	0,9	0,9	1,1	2,2	1,4	18,6
1.6 Produtos Hortícolas e Legumes	0,7	1,4	30,6	1,2	1,2	2,5	2,2	1,9	1,9	1,8	1,6	1,3	1,3	1,1	1,3	34,7
1.7 Sumos de frutas	2,1	2,2	22,4	1,4	1,8	2,1	1,6	1,6	1,3	1,5	1,8	0,7	1,7	1,5	1,9	32,7
1.8 Leite e laticínios, ovos, mel natural	4,2	3,5	62,9	2,9	3,2	3,2	3,0	2,4	2,4	3,0	2,6	2,7	3,0	3,0	2,5	69,1
1.9 Cerveja e outras Bebidas Alcolólicas	1,7	1,8	27,1	1,8	1,5	1,4	1,7	2,1	2,8	2,5	3,1	2,7	4,2	3,9	2,2	46,7
1.10 Calçado	2,2	1,9	34,9	1,3	1,8	1,8	1,4	1,5	2,3	1,9	2,4	2,0	2,0	2,5	2,1	36,9
1.11 Livros, jornais e outros de indústria gráfica	3,9	3,1	42,2	3,5	1,7	1,1	1,4	1,0	0,7	0,8	1,5	1,0	2,5	4,7	2,4	36,1
1.12 Papel e cartão	4,9	6,1	107,9	5,6	5,7	5,9	4,8	5,4	5,7	5,6	6,1	5,7	9,7	7,8	7,0	125,4
1.13 Automóveis	16,5	21,6	316,0	16,3	33,8	20,3	25,7	50,5	28,5	32,9	34,4	36,0	26,3	21,5	23,6	627,7
1.14 Acessórios de Automóveis	3,4	2,3	57,1	2,2	1,7	3,4	4,4	3,8	2,6	4,4	3,3	2,6	3,3	4,0	2,7	66,8
1.15 Pneus Novos de borracha	3,2	2,3	73,4	2,1	1,8	2,8	4,1	4,1	3,1	4,3	3,5	2,6	3,1	3,3	3,1	74,5
1.16 Madeira Processada	0,3	0,6	8,5	0,3	1,4	0,5	0,7	0,3	0,5	0,7	0,9	0,5	0,5	0,3	0,4	10,5
1.17 Medicamentos e Reagentes	14,3	27,9	370,4	27,4	23,5	16,9	11,8	10,0	14,1	23,8	20,3	19,5	16,8	18,8	14,3	384,3
1.18 Móveis e material médico-cirúrgico (Ind. E aparelhos para medicina)	5,0	5,0	75,2	2,5	1,1	4,0	6,8	4,8	4,0	4,2	4,4	3,5	4,4	4,1	4,2	87,8
1.20 Sábões e Produtos de limpeza	0,4	0,6	13,5	0,6	0,9	1,1	0,7	0,6	0,5	0,9	0,9	0,6	0,6	0,6	0,5	16,8
2. Bens Intermediários	197,6	182,2	3457,2	141,6	191,9	206,2	196,6	194,2	215,1	142,0	234,4	164,9	199,3	249,6	211,5	2832,9
2.1 Combustíveis	87,8	74,6	1276,0	54,0	47,8	62,8	68,8	64,2	87,5	71,8	101,3	85,5	72,3	118,3	89,3	1586,9
2.1.1 Gasóleo	59,5	50,6	803,5	36,1	31,7	52,6	40,3	37,5	62,5	38,5	78,0	58,3	46,4	84,8	57,1	1065,2
2.1.2 Gasolina	12,2	16,3	296,9	10,9	11,9	19,5	14,5	16,4	15,5	20,0	15,9	18,0	13,0	26,0	16,2	340,6
2.1.3 Jet	6,2	2,8	83,1	1,9	0,9	6,8	2,2	5,0	6,3	3,3	3,1	3,2	3,8	4,9	4,2	77,7
2.1.4 GPL	1,9	2,0	27,6	1,9	0,9	1,7	1,6	1,8	2,0	2,2	1,2	1,7	1,1	2,4	2,5	36,1
2.1.5 Petróleo de iluminação	7,8	2,9	64,8	0,2	1,1	2,3	0,2	3,4	1,1	7,8	3,1	4,4	8,2	0,6	9,3	87,3
2.2 Energia Elétrica	17,9	20,3	433,1	16,4	18,2	17,3	16,9	18,8	17,9	4,0	4,1	0,0	16,8	16,9	16,9	278,0
2.3 Alumínio Bruto	45,0	50,7	751,4	39,2	48,8	52,6	40,5	71,1	55,5	13,4	54,9	34,2	50,4	85,5	48,6	984,9
2.4 Material de Construção (Exc. Cimento)	36,2	26,3	665,3	25,8	49,5	40,9	26,9	27,1	27,8	26,5	36,4	25,5	39,4	31,3	35,8	683,3
2.5 Óleo e Lubrificantes	5,1	2,0	129,1	2,7	2,0	3,1	3,4	7,4	13,1	6,3	31,8	6,7	11,4	8,2	13,7	190,3
2.6 Adubos e Fertilizantes	3,8	1,1	56,2	0,9	1,1	0,9	0,5	0,8	1,0	6,2	3,1	4,0	1,0	2,1	4,8	50,7
2.7 Cimento	1,9	3,9	123,9	2,5	0,1	8,4	7,7	4,0	11,2	7,1	1,2	5,1	5,8	5,1	2,2	107,8
2.8 Alcatrões e Betumes de Petróleo	0,2	1,3	22,2	0,2	11,8	0,2	1,7	1,0	1,2	4,5	1,6	1,1	2,3	2,2	0,2	51,1
3. Bens de Capital	64,9	79,2	1388,6	76,8	107,4	84,9	82,6	96,8	123,3	90,4	99,8	64,1	89,6	78,1	91,2	1906,3
3.1 Maquinaria	60,3	69,3	1327,6	74,7	103,6	82,7	82,6	96,0	123,3	86,8	95,2	60,9	86,4	71,8	84,6	1855,0
3.2 Tractores e semi-tractores	4,5	0,9	62,1	2,1	3,7	2,2	0,0	0,0	0,0	3,8	3,8	3,1	3,2	6,5	6,4	63,3
4. Múltiplas de Produtos	112,4	137,8	2212,9	68,2	98,4	138,3	128,2	87,4	109,8	106,4	163,1	136,9	139,6	131,9	128,4	2305,3
Nota																
Grandes Projectos	79,5	79,5	1253,8	53,4	53,4	53,4	73,3	73,3	73,3	65,5	65,5	65,5	65,5	65,5	65,5	1153,1
Excluindo os Grandes Projectos	35,3	427,1	7729,8	347,1	456,9	491,4	395,3	419,3	481,8	401,8	524,0	413,9	550,4	582,6	537,4	9513,8

Compilação: BM

teve acesso indicam que em 2018 entraram no nosso país mais de 300 mil hectolitros de cerveja.

Cervejas nacionais também pressionam Balança de Pagamento

Economistas ouvidos pelo @Verdade indicam que a depreciação que a nossa moeda tem estado a sofrer nos últimos meses deve-se a pressão que a Balança de Pagamentos está a sofrer devido ao aumento das importações, entre 2017 e 2018 dispararam 39,4 por cento, de 2,9 biliões para 4,2 biliões de Dólares norte-americanos.

Mas para além da cerveja que é importada também as chamadas cervejas nacionais pressionam a Balança de Pagamentos pois mais de 50 por cento dos seus factores de produção são impor-



tados: o malte de cevada, o lúpulo, o açúcar e até mesmo as garrafas.

Recorde-se que as Cervejas de Moçambique assim como



a Heineken Moçambique beneficiam de grandes isenções tributárias por parte do Governo não só pelos investimentos feitos mas também para manterem no mercado o único produto que não aumenta de preço desde 2015 mesmo com a desvalorização do Metical.

Recorde-se que em Março o Presidente Filipe Nyusi responsabilizou os empresários pela depreciação da moeda na-

cional. “(...) Continuamos preocupados porque não obstante a economia estar a registar sinais de vitalidade ainda se regista índice de produção indesejável que se reflecte na nossa balança comercial culminando com mais importações e menos exportações, e quem contribuir largamente para o aumento da produção e da produtividade é o sector privado”, afirmou o Chefe de Estado discursando na Conferência Anual do Sector Privado.

Aeroportos de Moçambique vão poder contar com "know-how" português e francês

A empresa Aeroportos de Moçambique (ADM, EP) vai cooperar com a ANA – Aeroportos de Portugal e a francesa VINCI Airports, com vista a otimizar a gestão dos aeroportos, sustentar o seu crescimento, bem como reposicionar-se para projectar os aeroportos moçambicanos com serviços de primeira classe em África, alinhados com padrões internacionais.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Para a materialização deste objectivo, através da concepção de soluções para a exploração e desenvolvimento dos aeroportos nacionais, as três entidades celebraram na segunda-feira, 15 de Abril, em Maputo, um memorando de entendimento, num acto testemunhado pelo ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita.

Na ocasião, o governante referiu que a identificação de parceiros com vasta experiência internacional como a ANA – Aeroportos de Portugal e a VINCI Airports, tem por objectivo a optimização da capacidade instalada nos aeroportos moçambicanos, através de um trabalho de planificação sobre os caminhos a trilhar para a exploração eficiente do potencial existente.

“Encoraja-nos a experiência comprovada dos nossos parceiros como

o caso da VINCI Airports, um dos líderes do sector aeroportuário internacional que gere 45 aeroportos nos mercados mais exigentes como Estados Unidos da América, França, Reino Unido, Portugal, incluindo em países em via de desenvolvimento como Camboja, Chile, Sérvia e outros”, indicou Carlos Mesquita, destacando que os aeroportos geridos pela VINCI Airports são servidos por mais de 200 companhias aéreas que movimentam mais de 195 milhões de passageiros.

Do conjunto dos grandes desafios que a empresa ADM, EP deverá ultrapassar nos próximos tempos, o ministro enfatizou a manutenção em condições aceitáveis de operacionalidade e rentabilidade a imensa rede aeroportuária espalhada pelo País, cumprindo com o seu papel de dinamizador da economia, impulsionando o desenvolvimento do turis-

mo nacional e internacional.

“Com este memorando, é nossa expectativa que os parceiros apresentem igualmente uma melhor abordagem para óptimas soluções de investimento e de concessão para desenvolver os aeroportos, a médio e longo prazos”, frisou o governante.

Por sua vez, o presidente do Conselho de Administração da ANA - Aeroportos de Portugal, José Luís Arnaut, disse que a sua empresa foi em 2012 objecto de um contrato de privatização e concessão, por um período de 50 anos, pela empresa VINCI Airports, e foi um projecto que logrou grande sucesso até ao momento, tendo duplicado de 16 milhões de passageiros, em Lisboa, para 30 milhões, apenas em 4 anos.

“A ANA - Aeroportos de Portugal está satisfeita em poder colaborar,



activamente, na concretização deste memorando de entendimento, ora celebrado, que tem dois aspectos a realçar, nomeadamente a possibilidade de, no âmbito da nossa experiência, podermos contribuir com um estudo mais aprofundado das potencialidades de Moçambique, pois nós acreditamos seriamente nas potencialidades do desenvolvimento turístico, económico e da plataforma que Moçambique poderá representar, e a experiência com a

VINCI Airports, que foi muito positiva”, concluiu.

Importa realçar que a empresa ADM, EP tem neste memorando uma oportunidade para se apropriar do know-how destes conceituados parceiros, na sua missão de garantir a gestão, manutenção, planificação, desenvolvimento de infra-estruturas aeroportuárias, navegação aérea e prestar serviços de controlo de tráfego aéreo.

PGR arquiva investigação sobre morte de Andre Hanekom "por falta de elementos"

A Procuradoria Provincial de Cabo Delgado arquivou "por falta de elementos" o processo que havia instaurado relativamente as suspeitas sobre as causas da morte do cidadão sul-africano, Andre Hanekom, acusado de envolvimento com os insurgentes do "Al Shabaab".

Texto: Redacção

O porta-voz da Procuradoria Provincial de Cabo Delgado, Armando Wilson, começou por informar a jornalistas nesta segunda-feira (15) que não houve negligência por parte do Serviço Nacional Penitenciário pela morte de Hanekom.

"Os colegas cumpriram com os procedimentos e as normas que orientam a sua actividade, que foi numa primeira fase encaminhar o doente ao posto médico local, mais tarde foi transferido para o Hospital provincial de Pemba, infelizmente acabou depois falecendo", explicou.

Além disso Armando Wilson revelou que as investigações da Procuradoria Provincial "determinaram o arquivamento do processo por falta de elementos que possam sustentar outra posição do Ministério Público senão esta".

Andre Hanekom faleceu a 23 de Janeiro de 2019 oficialmente vítima de doença confirmada por autópsia realizada sem transparência na Cidade de Pemba.

O empresário sul-africano, que em vida explorava um negócio marítimo de logística para algumas petrolíferas baseado no Distrito de Palma, estava sob prisão preventiva acusado de ser um dos 5 indivíduos envolvidos na preparação militar e assistência logística do grupo insurgente que aterroriza a Província de Cabo Delgado desde finais de 2017.

Se tens alguma denúncia ou queres contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Enquanto Nyusi e Momade dialogam pelos medias Acordo de Cessação de Paz em Moçambique não acontece em Abril



Mais de oito meses após a assinatura do Memorando de Entendimento sobre os Assuntos Militares, entre Filipe Nyusi e Ossufo Momade, continua sem data para acontecer o Acordo de Cessação das Hostilidades e de Paz em Moçambique que deveria ser assinado este mês. Embora os líderes reafirmem vezes sem conta a vontade de prosseguir com o diálogo parece que falam através dos medias. "Apelamos a nova liderança da Renamo no sentido de ser mais flexível", declarou Nyusi no passado dia 7 de Abril enquanto Momade apelou nesta terça-feira (16) "ao Presidente da República para que flexibilize o enquadramento dos oficiais oriundos da Renamo nos lugares de Comando e Chefia da Força Aérea, Marinha de Guerra, Instituições de Ensino e no SISE".

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 10 →

Renamo acusa Governo e STAE de coligação "para impedir recenseamento eleitoral abrangente"

No 2º dia do registo de eleitores para as Eleições Gerais de 15 de Outubro o presidente do partido Renamo acusou o Governo do partido Frelimo e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) de estarem "coligadas para impedir um recenseamento eleitoral abrangente, usando, para o efeito, manobras maquiavélicas próprias para reduzir o número de eleitores".

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Adrien Barbier

Ossufo Momade disse a jornalistas que o Recenseamento Eleitoral iniciado nesta segunda-feira (15) "vai encontrar obstáculos causados pelo Governo e pelo STAE. Estas duas entidades estão coligadas para impedir um recenseamento eleitoral abrangente, usando para o efeito, manobras maquiavélicas próprias para reduzir o número de eleitores".



"(...) Censuramos o Governo por não pôr em prática os seus discursos de diálogo permanente, pois, o pedido de adiamento do recenseamento eleitoral por 45 dias enquadra-se na esfera do diálogo inclusivo", lamentou Momade.

Embora de uma forma geral sejam habituais problemas nos primeiros dias de Recenseamentos eleitorais o primeiro efeito das Calamidades Naturais na Província de Sofala, onde devem ser registados 1.149.000 potenciais

eleitores, foi a inacessibilidade a algumas dezenas de locais previamente definidos para as brigadas posicionarem-se.

O director do STAE em Sofala, Jorge Dunquene, admitiu que mais duas dezenas de brigadas de recenseamento não conseguiram ainda fazer-se aos seus locais de funcionamento nos distritos de Búzi, Dondo, Nhamatanda e na Cidade da Beira, "não conseguimos entrar nem de barco porque não são especificamente rios que se encontram inundados, são áreas residências com arbustos e obstáculos".

O desafio que se seguirá é esperar pelos potenciais eleitores que muitos deles terão abandonados as suas residências inundadas e outros mesmo foram sido movidos para centros de acomodação ou zonas mais seguras.



→ continuação Pag. 09 - Enquanto Nyusi e Momade dialogam pelos medias Acordo de Cessação de Paz em Moçambique não acontece em Abril

255 dias após o Ossufo Momade consumir o consenso alcançado com o Presidente Nyusi, rubricando o Memorando de Entendimento sobre os Assuntos Militares, que deveria ter sido implementado nos 210 dias seguintes, a paz definitiva continua dependente das vontades do partido Frelimo e Renamo.

Desde a confirmação dos Consensos, em Agosto de 2018, menos de metade das 22 actividades acordadas foram implementadas: a Entrega de lista dos 10 (+4) oficiais da Renamo a enquadrar nas FADM e 10 oficiais para ocupar postos de direcção e comando na PRM, Entrega de nomes das partes para integrar a Comissão de Assuntos Militares e Grupos Técnicos Conjuntos; Revisão dos Termos de referência da Comissão de Assuntos Militares; Criação dos Grupos Técnicos; A Comissão de Assuntos Militares finaliza os Termos de Referência do Grupo Técnico Conjunto para o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (GTCDDR); Início do enquadramento dos Oficiais da Renamo nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

Nesta segunda-feira (15), enfim, o maior partido de oposição entregou a sua lista mista de dez oficiais que devem ser enquadrados em lugares de Comando e Chefia no Comando Geral da Polícia da República de Moçambique



(PRM), acto que de acordo como o Memorando deveria ter acontecido dez dias depois da sua assinatura, portanto em Agosto do ano passado.

Só depois poderá iniciar efectivamente o Desarmamento, a Desmobilização e a Reintegração que, segundo o Memorando durará até 120 dias,



Mas antes de assumirem os cargos deverão passar por um treino especializado por um período de 55 dias.

arranca com o registo, a identificação, monitoria da posse de armas, colecção das armas, arrecadação do armamento,

retirada e que culminará com a destruição ou outro destino acordado entre as partes.

“Apelamos ao Governo para que evite actos que podem reabrir feridas do passado”

Contudo, e embora não esteja detalhado no Memorando de Entendimento sobre os Assuntos Militares nesta terça-feira (16) o novo líder do partido Renamo apelou: “ao Presidente da República para que flexibilize o enquadramento dos oficiais oriundos da Renamo nos lugares de Comando e Chefia nas áreas que faltam, nomeadamente da Força Aérea, Marinha de Guerra, Instituições de Ensino das Forças de Defesa e Segurança e no SISE”.

A intervenção de Momade Ossufo, que continua a viver

na Serra da Gorongosa até existir um novo Acordo de Paz, acontece um dia após o Chefe de Estado ter conferido posse ao Brigadeiro Tiago Alberto Nampele como Vice-Comandante da Academia Militar Marechal Samora Machel.

Momade denunciou ainda “haver sinais de reedição dos factos ocorridos depois do Acordo Geral de Paz, assinado no dia 4 de Outubro de 1992, que consistiram no afastamento dos Oficiais Generais da Renamo. A continuar com esta prática o Governo a pôr em causa não só o Memorando de Entendimento, bem como a paz efectiva e a verdadeira reconciliação nacional almejada por todos os moçambicanos. Sendo assim, apelamos ao Governo para que evite actos que podem reabrir feridas do passado”.



Obituário

Morreu Ricardo Chibanga, o primeiro matador negro da história da tauromaquia (1942 – 2019)

Faleceu na madrugada desta terça-feira (16) na sua casa, na Golegã, terra que o adoptou, o moçambicano Ricardo Chibanga, o primeiro matador negro da história da tauromaquia. Tinha 76 anos de idade e tentava recuperar de um acidente vascular cerebral.

Texto: Renato Caldeira • Foto: Global Imagens

Chibanga nasceu pobre nos primeiros anos da década de 40. O pai trabalhava na conhecida pastelaria “Princesa”, lugar de referência da capital, e a mãe acompanhava-o na luta e sacrifício para criar os filhos. O sonho de toureiro contraiu-o, tal como uma doença, por volta de 1962, trocando definitivamente os pontapés na bola de trapos com Eusébio, Hilário, Coluna, Vicente pela muleta e capote encarnado.

Na Páscoa, no Ano Novo ou nas festas da cidade, Chibanga juntava-se a um amigo para negociar com o porteiro da praça a participação na festa brava. Em dias de espectáculo, Ricardo dedicava a manhã a alisar a arena e a capinar em redor, recebendo em troca o bilhete para as corridas. Fazia também, com toscos paus de madeira, bandarilhas que vendia aos turistas. E assim foi conseguindo ver mais e melhor, ao mesmo tempo que o desejo de confronto com o touro germinava.

Anos mais tarde, já famoso, numa entrevista à revista “Tempo” de Julho de 1973, confessou que trabalhou sob as



ordens de um tal Pinheiro que tinha a seu cargo a preparação dos animais para a lide. Fascinado pela valentia do toureiro, explorava toda e qualquer possibilidade de treinar o instinto para fintar com habilidade o novilho. No centro das suas atenções, estavam os toureiros portugueses, espanhóis e mexicanos que, por aquela altura, desfilaram em Moçambique.

De todos, o favorito era Manuel dos Santos, o maior matador de touros aos olhos de Chibanga.

Certa tarde, porém, Manuel dos Santos, já então um renomado matador, passeou a sua classe pela Monumental acompanhado pelo não menos sonante Diamantino Vizeu. Na faena impressionaram tanto Chi-

banga que este não teve pejo em pedir ao empresário Alfredo Ovelha que o levasse para Lisboa a fim de formá-lo como toureiro. E foi assim que, em 1962, Chibanga, à boleia das Forças Armadas Portuguesas, desembarcou em Lisboa.

Depois de cumprido o serviço militar no exército português, e pela mão de Manuel dos Santos, o jovem Ricardo fixou residência na vila ribatejana da Golegã, onde até hoje vive. Aí, supervisionado pelo grande Manuel dos Santos e por José Tinoca, Chibanga inicia-se afincadamente na aprendizagem das lides da tauromaquia, começando pelas garraíadas e vacadas e pelos espectáculos de variedades taurinas.

Finalmente, em 1965, com a praça do Campo Pequeno em Lisboa repleta, Chibanga estreia-se em traje de luces, envergando um fato emprestado por José Trincheira. Nessa mesma tarde, sai em ombros da praça, iniciando uma imparável carreira de consecutivos sucessos que o levaria a pisar arenas de todo o Portugal, Espanha, França, México, Inglaterra,

Venezuela, Canadá, EUA, Indonésia, China, Moçambique e Angola.

O perigo da vida na arena levou-o muitas vezes para camas de hospital. “Uma vez, em Sevilha, um touro deixou-me 16 dias em coma, foi difícil recuperar psicologicamente”, confessou. Acrescentando que “o nervosismo é o factor que mais preocupa os profissionais. Em corridas importantes, passava as semanas anteriores sem dormir. O povo exige muito de nós, muita arte, imaginação e coragem.”

Numa tarde no sul de França, ao brindar ao celeberrimo pintor espanhol Pablo Picasso o segundo touro dessa tarde, foi convidado para um copo depois da corrida em casa do pintor, acabando por sair de lá com quadro cujo valor desconhecia por completo.

Enquanto a saúde permitiu Chibanga, apesar de reformado do capote encarnado, continuou ligado à actividade taurina, percorrendo Portugal com duas praças desmontáveis que transformou no seu ganha pão.

MITESSE reafirma "Tolerância de Ponto Nacional" em toda 6ª feira Santa

O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESSE) confirmou que na próxima sexta-feira (19) haverá "Tolerância de Ponto Nacional" para todos os cristãos que celebram a Páscoa, este ano em Moçambique depois da tragédia causada pelo IDAI. Para a Diocese dos Libombos "este ciclone nos fez lembrar o conto Bíblico do dilúvio de Noé e o quão foi garantia fiel de um novo começo da humanidade".

Texto: Redacção

Desde 2016 que o Governo de Filipe Nyusi transformou a habitual tolerância de ponto a partir das 12 horas para todo o dia em que os católicos relembram a crucificação de Jesus Cristo e sua morte no Calvário, este ano assinalado na próxima sexta-feira (19) e por isso todos os trabalhadores e funcionários públicos cuja natureza da sua actividade não os obriga a desempenhar as suas funções no interesse público poderão usufruir do "feriado".

A Páscoa este ano acontece pouco mais de 1 mês após o Ciclone Idai devastar, causar agonia e muita dor a milhões de moçambicanos e por isso a Diocese dos Libombos afirma que: "Este ciclone nos fez lembrar o conto Bíblico do dilúvio de Noé e o quão foi garantia fiel de um novo começo da humanidade. E cada um foi lembrado o quanto precisamos de sermos unidos e solidários para que a vida dos sobreviventes seja protegida e para que haja renascimento na vida das comunidades arrasadas".

"Encorajamos, de forma particular aos crentes, e a todos que têm fé em Deus para praticarem a sua fé com constância e compromisso tendo em conta que a vida sem um suporte espiritual e sem Deus não tem uma projecção eterna e isso faz que vivamos só para o presente e carreguemos os nossos problemas sozinhos sem o Criador. Mas pela Paixão e Páscoa, Cristo se ofereceu para carregar as nossas limitações, o nosso pecado, as nossas fraquezas, as nossas dores e os nossos fardos, porque Deus viu que a vida humana está cheia disto e sozinha não se pode salvar", diz ainda em comunicado enviado ao @Verdade o Bispo Carlos Matsinhe.

Lóbi subjuga Parlamento e vai continuar a matar com os seus camiões de volante à esquerda em Moçambique



O lóbi das empresas de transporte de carga que impede a cabotagem marítima e o desenvolvimento do transporte de ferroviário em Moçambique subjugou os "representantes do povo" que por consenso aprovaram a revogação da norma que impede a importação de camiões com o volante à esquerda em detrimento do interesse Público, pois existem evidência que são os causadores de inúmeros acidentes de viação mortais nas estradas nacionais.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 12 →

Governo baixa gasolina e gasóleo 2 e 1 por cento mas preço do barril de petróleo caiu 25 por cento

O Governo de Filipe Nyusi reviu pela primeira vez em 2019 o preços dos combustíveis, a gasolina reduziu 2,4 por cento e o gasóleo 1,6 por cento. Mas desde o último reajuste o preço do barril de petróleo caiu 25 por cento, foram menos 29 milhões de Dólares na factura de importação que desde Fevereiro deveriam ter feito os moçambicanos pagarem bem menos para atestar as suas viaturas.

Texto: Adérito Caldeira

Desde 21 de Novembro que o preço dos combustíveis líquidos não eram revistos em Moçambique. A gasolina que na ocasião baixou de 69,53 para 68,73 Meticais o litro vai reduziu novamente, a partir desta quinta-feira (18), para 67,07 Meticais. O gasóleo que aumentara de 64,66 para 65,56 reduziu para 64,55 Meticais o litro. O petróleo de iluminação também ficou mais barato, de 50,33 custará 49,08 Meticais por litro, assim como o gás de cozinha, baixou de 64,13 para 63,16 Meticais por quilo.

"(...)Percebemos que haviam condições para mantermos os preços, também respeitando a quadra festiva que os moçambicanos tiveram que passar e não



perturba-los" declarou o director nacional de combustíveis e hidrocarbonetos no Ministérios dos Recursos Minerais e Energia, Moisés Paulino.

Porém Moisés Paulino faltou

com a verdade, quando o Governo reviu os preços em Novembro de 2018 tinha adquirido combustíveis com o preço do barril de petróleo cotado entre 78 a 80 Dólares norte-americanos.

Mas em Dezembro o Banco de Moçambique informava que "o preço do barril de petróleo situou-se em 60,15 Dólares no fecho do dia 12 de Dezembro de 2018", portanto em Fevereiro essa descida de cerca de 25 por cento deveria ter-se refletido no bolso dos moçambicanos como se reflectiu na factura de importação reduziu de 118,3 milhões de Dólares norte-americanos em Novembro para 89,3 milhões em Dezembro de 2018.

Gerais 2019: Ossufo Momade acusa direcção do STAE de desleixo

O presidente do partido Renamo acusou a direcção do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) de "incúria" que terá "repercussões negativas no curso normal do recenseamento eleitoral".

Texto: Adérito Caldeira

Ossufo Momade disse a jornalistas que embora o STAE tenha constatado, durante o recenseamento piloto que realizou em 2018 que "o grande contrangimento eram as fontes de energia, nada fez para alterar a situação".

"Hoje que estamos a falar convosco, as três empresas escolhidas pelo STAE para fornecer Kits para os painéis solares, do FUNAE, ainda não honraram com os compromissos. O que deve ser responsabilidade da direcção do STAE, que fez vista grossa a adjudicação dos concursos de fornecimento de kits a três empresas, não obstante protestos de parte de vogais da CNE", afirmou Momade por teleconferência nesta terça-feira (16).

De acordo com o presidente da Renamo "devido a má fé da direcção do STAE os mobiles estão sem painéis solares, cabos ou inversores o que dificulta o arranque do recenseamento eleitoral em condições óptimas. Queremos aqui e agora exigir a responsabilização do STAE por esta atitude que tem repercussões negativas no decurso normal do recenseamento eleitoral, fase importante para a definição de mandatos".

O porta-voz do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, Cláudio Langa, confirmou ao @Verdade que efectivamente regista-se "um ligeiro atraso no fornecimento dos conectores" dos painéis solares para 3 mil mobiles de registo de eleitores, "mas as províncias tinham equipamentos do ano passado que estão a usar".

Mas Cláudio Langa esclareceu que "Essa adjudicação foi feita pela CNE por deliberação, não pelo STAE, por via de uma deliberação por consenso, portanto é uma pura mentir dizer que os vogais estiveram contra".



→ continuação Pag. 11 - Lóbi subjuga Parlamento e vai continuar a matar com os seus camiões de volante à esquerda em Moçambique

As bancadas parlamentares dos partidos Frelimo, Renamo e MDM aprovaram por consenso, nesta quarta-feira (17), a revisão do nº 6 do artigo 117 do Código de Estrada que determina: “É proibida a importação de veículos com volante à esquerda para fins comerciais”.

O argumento do Governo, detalhado pelo ministro dos Transportes e Comunicação ao @Verdade, é que ditaram a revisão questões “económicas e estratégicas”.

“Por exemplo quiser comprar 10 camiões de uma marca específica em 2ª mão não encontra em lado nenhum. Na Inglaterra ou noutros mercados pequenos conseguem 2 ou 3, e custam 70 a 80 mil dólares, e não se consegue fazer a standardização da frota. No entanto num mercado como o dos Estados Unidos da América a oferta é imensa e pode-se comprar 200 camiões da mesma marca e modelo, cada um deles a 40 a 50 mil dólares”, explicou Carlos Mesquita.

O titular dos Transportes alertou ainda que mesmo que a norma de mantenha no Código de Estrada será um desafio para Moçambique impor a lei aos transportadores dos países vizinhos onde foi tentado implementar a proibição mas os governos voltaram atrás. “Portanto se é uma questão de segurança temos de proibir também os outros, como é que fazemos isso”, questionou.

“A demanda de carga é cada vez maior em Moçambique e os sul-africanos estão a entrar porque as empresas nacionais não conseguem aumentar a frota. Há moçambicanos que estão a abrir empresas no Malawi e no Zimbabwe, onde podem importar camiões de volante à esquerda, e vêm operar em Moçambique”, disse ainda ao @Verdade o governante.

Na Assembleia da República o ministro Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos juntou aos argumentos a necessidade de importação de máquinas industriais e agrícolas alegadamente por-



que “a base assenta em veículos de volante à esquerda”.

“A revogação vai proporcionar ganhos significativos ao país, de uma forma geral somente Moçambique é que avançou com o plasmado no nº6 do artigo 6.3 do Protocolo da SADC sobre transportes” disse ainda Joaquim Veríssimo.

Renamo e MDM à favor do lóbi dos camiões

Intervindo em representação da bancada parlamentar da Renamo a deputada Carlota Salvador recordou que “mais do que uma concertação dos Países da África Austral (SADC) a inclusão desta norma no Código de Estrada

em 2011 foi justificada pelo perigo que a condução de veículo de volante à esquerda representa num país onde a condução é feita pelo lado direito, que é o caso de Moçambique. Algumas informações relatam a ocorrência de alguns acidentes no Corredor da Beira envolvendo camiões de volante à esquerda que colidem como motas ou mesmo viaturas ligeiras com volante à direita”.

“É nosso entender que em vez de pensar apenas na facilidade de aquisição de tais camiões em mercados como os Estados Unidos, por exemplo, o Governo deve primeiro avançar com um profundo estudo de viabilidade envolvendo os principais actores e interessados

no geral para o conhecimento básico dessa norma que para o nosso país ainda é estranha”, argumentou a deputada da Renamo.

Carlota Salvador ainda constatou que “O impulsionar do desenvolvimento sócio-económico é importante mas

uma concorrência infiel por parte de países de SADC, como Malawi, Zâmbia e Zimbabwe que embora subscritores do protocolo que proíbe a importação de veículos com volante à esquerda, importam viaturas com estas características com maior enfoque para os veículos de transporte de carga que transitam nas nossas estradas, fundamentalmente nos principais corredores de desenvolvimento do nosso país em detrimento dos operadores moçambicanos”.

“Com a adopção unilateral do Protocolo da SADC, o país perdeu a aceleração de desenvolvimento empresarial, ficando desta forma prejudicado. Isto é, retrocedendo o desenvolvimento do Sector do transporte”, argumentou ainda em representação da bancada parlamentar do MDM.

É mais uma vitória do lóbi dos empresários transportadores de carga que ao longo de década vem impedindo o desenvolvimento do sector de cabotagem marítima, que seria reabertura da “Estrada Nacional número zero” que no tempo colonial possibilitava viagens baratas de bar-



antes a segurança nas nossas estradas”, no entanto a deputada assim decidiu pela apreciação positiva da revisão, tal como toda a bancada parlamentar da Renamo.

Voto idêntico teve o MDM que pela voz da deputada Alcinda xxx justificou-se nestes termos: “A Proposta de lei que revoga o nº 6 do artigo 117 do Código da Estrada, irá permitir que os operadores nacionais não sofram

co, de pessoas e carga, entre Maputo, Inhambane, Beira, Quelimane, Nacala e Pemba.

Esse lóbi tem conseguido manter os camiões como o transporte preferencial de carga da África do Sul para o Porto de Maputo em detrimento do mais barato transporte ferroviário. Aliás esses empresários são também responsáveis pela falta de investimentos de caminhos de ferro dentro de Moçambique.

ANUNCIE AQUI

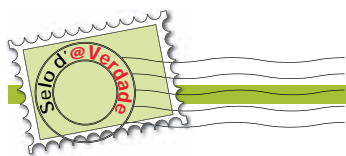
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail

averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.



O DESVIO DE DONATIVOS E A CONSCIÊNCIA COLECTIVA DOS MOÇAMBICANOS: CRUZAR OS BRAÇOS E VER IRMÃOS A MORREREM À FOME, É O MESMO QUE COMPARTICIPAR DOS DESVIOS.

Como uma nota introdutória que nada pretende introduzir, permitam-me caros leitores advertir antes de mais que, o presente artigo não constitui e nem pretende ser um material científico ou informativo com o rigor técnico, metodológico e epistemológico exigido. É na maior das miragens, uma simples retrospectiva e manifestação de desgosto de um Moçambicano que como os outros milhões, vai sentindo a dor e o sofrimento dos irmãos da Beira, agudizado pela ambição imensurável de alguns servidores do “povo” que sem se preocuparem com os meios, lutam para alcançarem os seus objectivos, enriquecer.

Importa realçar que, em Moçambique, apesar de não existirem dados exactos concernentes à quantificação das vítimas do ciclone IDAE que encontram-se nos centros de abrigo, estima-se que estejam naqueles locais, cerca de 843.723 pessoas, se fizermos uma relação directa com o número de pessoas afectadas (dados do Diário de Notícias, 31/03/2-19). Na verdade, esses números, ainda que sejam matematicamente elevados, ganham contornos mais assustadores e até certo ponto, mais profundos, se vistos numa perspectiva humanitária. Portanto, a referência a estes números deve mexer com a sensibilidade emocional e solidária de qualquer ser humano, pois, são vítimas humanas que entre elas encontramos pessoas de todas as faixas etárias, religiões, sexos, etc.

Por causa disso mesmo, muitos estados, pessoas singulares, organizações etc., solidarizaram-se com Moçambique e sobretudo com as vítimas do IDAE, que

sem tardar, começaram a canalizar apoios de diversa natureza, para o resgate das vítimas do ciclone. Findo esse exercício, do qual é importante sublinhar o facto de ter sido muito questionado pela imprensa internacional, dada existência em Moçambique, de uma força marinha sem barcos, mesmo sendo um país costeiro; agudizou-se o desafio da gestão deste processo, fundamentalmente dos centros de abrigo da Beira e os mecanismos de distribuição, administração e controle dos donativos.

Ao que se testemunhou pelos diferentes meios de vinculação de informação, os Moçambicanos não ficaram indiferentes à causa, foram levadas a cabo campanhas para a angariação de fundos e donativos para as vítimas, notou-se e ainda nota-se, uma consciência solidária, identitária e união das diferentes camadas sociais em prol de uma causa, ajudar as vítimas. Entretanto, apesar das notáveis quantidades de donativos, tanto em produtos, assim como em dinheiro, as vítimas continuavam a reclamar de fome, falta de abrigo, água etc., o que começou a levantar suspeitas sobre prováveis desvios dos donativos. Mas quem poderia pensar nessa possibilidade?

Sobre este assunto, a Euronews fez nos saber que: “(...) perante a devastação provocada pela passagem do ciclone IDAI, o mundo uniu-se para ajudar Moçambique. Além dos donativos em dinheiro, os aviões com bens de primeira necessidade, água e medicamentos já há mais de uma semana começaram a chegar ao país, sobretudo à região da Beira, a mais afectada pela tempestade tropical (...) e subli-

nha que por fim, que (...) a ajuda que não tem chegado toda aos destinatários (...)”. Em reacção a esta situação, as autoridades moçambicanas admitiram que existência casos de roubo de alimentos e donativos. E como de habitual, “celebrou-se a missa” da promessa de fazer uma fiscalização apertada e punição exemplar para os criminosos.

Passados alguns dias, o jornal Lusa deu a conhecer que as autoridades moçambicanas detiveram três pessoas suspeitas de desvio de donativos que deviam ser canalizados para as populações afectadas pelo ciclone IDAI. Podendo se ler ainda na mesma fonte, que os três indiciados são suspeitos do desvio de 19 sacos de arroz, 19 sacos de farinha, 11 sacos de soja e um saco de feijão no bairro da Manga, na Beira.

Com isso, o que para muitos Moçambicanos que não mediram esforços para ajudar os seus irmãos, podia ser uma acusação descabida e de dimensão abismal, mostrava-se ser uma verdade que vinha-lhes aos olhos através de factos, reportagens a nível nacional e internacional. E como contra factos não se pode argumentar, o PR da república ordenou em reacção a estes escândalos, a criação de uma comissão para a investigação dos desvios. Por sua vez, o porta-voz da PRM-Beira, Joaquim Tomo, acredita que deve ser a população a denunciar casos de desvios, uma ideia pouco pensada se considerarmos que os donativos não chegam aos centros por causa deste mesmo problema (desvios). Ou seja, o desvio, muito provavelmente acontece antes de chegar, com excepção de alguns possíveis casos de roubos

por terceiros no local. Com isso, pretende nos parecer que os desvios mais preocupantes não possam ser/não tenham sido feitos na base. Importa realçar que, a prisão destes pode ser resultado de uma acção/roubo independente (sem o comando dos superiores) pois, pelo nível de reclamações, pode-se concluir sem muita dificuldade, que os desvios tem sido feitos por indivíduos com algum poder no seio do grupo responsável pela gestão destes donativos.

Mas afinal, de que crime os infractores serão/são acusados? Desviar produtos e ou fundos que deveriam ser canalizados para o sustento de um grupo cuja sobrevivência depende unicamente desses mesmos donativos, não deve ser visto como um simples desvio ou roubo, é muito mais grave que isso, esse grupo pode morrer a fome. Na verdade, o desvio de donativos deve ser visto numa dimensão e perspectiva muito mais profunda do que um simples acto de roubo, é uma tentativa (in)consciente de assassinatos em massa. Aliás, esses actos podem resultar em mortes massivas por fome.

Os moçambicanos precisam tomar uma posição sobre este assunto, exigirem esclarecimentos, responsabilização e devolução do que foi desviado. É uma questão de consciência colectiva e solidária, sentirmos que Moçambique é um só e a dor deve ser de todos nós, não pode ser a desgraça dos outros, uma oportunidade para alguns.

Que venham dias melhores para Moçambique!

Por Dercio Carlos Alberto

Sociedade

Violência doméstica aumenta em Moçambique, mais de 13 mil casos registados em 2018

A violência doméstica não pára de aumentar no nosso país, em 2018 as autoridades atenderam 13.950 casos entre os quais a violência física simples, com 3.672 processos, continua a ser o principal crime registado principalmente na Cidade de Maputo e Província de Inhambane.

Durante o ano passado “(...) os Gabinetes de Atendimento à Família e Menores Vítimas de Violência Doméstica atenderam 13.950 casos, contra 12.563, de igual período anterior, verificando-se um aumento de 1.387, correspondente a 11 por cento”.

Dentre os casos 3.672 foram casos de violência física simples, 1.289 de violên-

cia psicológica, 1.021 de violência patrimonial e 716 de violência física grave.

A Cidade de Maputo e a Província de Inhambane, com 1.405 e 1.016, respectivamente, registaram o maior número de casos enquanto na Província de Sofala foi onde se registou o menos número de casos de violência doméstica, 276.

Estes números constam do Informe que a Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili, fará brevemente à Assembleia da República e onde apela, “Face a tendência crescente da prática deste tipo legal de crime e de forma a evitar a revitimização, urge dotar o Ministério Público, os tribunais, a polícia de competências técnicas para o cumprimento inte-

gral da lei da violência doméstica”.

Buchili irá ainda alertar para um drama recorrente “de alguns ofendidos, familiares, incluindo certas autoridades encarregues de desencadear o procedimento criminal, de desencorajar a instauração e prosseguimento da acção criminal, apelando a sua extinção, não obstante a natureza pública do crime”.

Texto: Adérito Caldeira

Pergunta à Tina...

Tina, tenho um filho de 12 anos que começa a sentir os primeiros apetites sexuais, esfrega-se no boneco que tem. Como devo abordar o assunto? Magnólia

Querida Magnólia, realmente a fase da puberdade traz questões que nem sempre são fáceis de abordar. O adolescente deve ser informado de que estas novas sensações agradáveis e excitantes em relação ao seu corpo são normais e irão tornar-se mais frequentes à medida que a idade avança.

Se este comportamento do menino ocorrer em público e possa eventualmente tornar-se incómodo para alguém, será preciso explicar-lhe que ele deve restringir a sua prática à sua intimidade ou apenas na presença de quem a mãe ou os pais acharem adequado.

Talvez seja esta a oportunidade para falar sobre as transformações que vão ocorrer no seu corpo, incluindo o tamanho dos órgãos genitais. Informar sobre as sensações sexuais, a ejaculação e os “sonhos molhados” que mais tarde ou mais cedo irão ser vivenciados pelo adolescente, e explicar que a masturbação é normal. Falar sobre a curiosidade sexual e sobre o acto sexual propriamente dito, realçando o seu carácter íntimo e privado.

Enfim, deixar o adolescente à vontade perante a sua sexualidade e fornecer-lhe toda a informação real, de preferência a aceitar que obtenha informação deturpada e recheada de mitos junto dos seus amiguinhos, como tantas vezes acontece com os nossos adolescentes.

Tina, eu quero engravidar mas não consigo. Queria saber se posso procurar ajuda no centro de saúde. Já estou grávida, mas perdi o bebé quando tinha 15 anos. Agora tenho 21.

Minha querida, a boa notícia é que tu tens apenas 21 anos, o que significa que tens ainda muitos anos de vida para identificar e resolver qualquer problema relacionado com a tua saúde reprodutiva.

Mas para começar, é importante clarificar que, primeiro, o teu caso pode não ser um caso necessariamente de infertilidade e; segundo que a infertilidade não é um PROBLEMA DAS MULHERES, mas um problema que afecta tanto homens como mulheres.

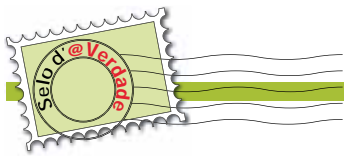
A dificuldade de conceber tem várias causas, que podem estar associadas ao facto de tu não conheceres o teu período, de teres períodos menstruais irregulares (menstruação que aparece de forma anormal, por exemplo, às vezes vem duas vezes num mês, outras vezes não aparece), ou a problemas hormonais mais complexos.

Mais ainda: se já perdeste um bebé no passado, isso foi resultado de um aborto induzido ou espontâneo, também pode influenciar a tua capacidade de conceber.

A minha sugestão é que, primeiro, conheças o teu ciclo menstrual muito bem (para isso, podes procurar ler sempre esta coluna e outras edições da coluna na página da Internet), para saberes exactamente quando é que estás fértil.

A segunda sugestão é que consultes um/a médico/a ginecologista para que este/a te possa examinar, verificar se tiveste alguma lesão ou infecção, ou se há problemas com as tuas trompas (onde se produzem os óvulos das mulheres) para que te recomende tratamento no caso de identificar problemas.

Não percas a esperança. Ao mesmo tempo, não tenhas pressa porque ainda és jovem e tens ainda uma vida por viver.



Barómetro da Governação Municipal 2018 Relatório de dados quantitativos

Introdução

O objetivo principal da pesquisa “Barómetro da Governação Municipal” (BGM) é produzir dados de base sobre a avaliação dos munícipes em relação ao desempenho da governação municipal, tendo o questionário sido elaborado por forma a proporcionar uma série de indicadores cobrindo as diferentes vertentes da actuação dos órgãos e serviços municipais. Especificamente, a pesquisa pretende estabelecer medidas quantitativas de indicadores de boa governação, produzir evidências que permitam e facilitem um diálogo construtivo entre a Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (ANAMM) e o Governo na área do desenvolvimento municipal, e disponibilizar ao público uma base de dados com informação relevante sobre os municípios. Não só o produto do inquérito poderá contribuir para uma melhor definição de áreas prioritárias

de acção para os governos municipais, como, pela sua repetição regular (em princípio de três em três anos), permitirá observar e monitorar as mudanças ao longo do tempo.

Para obter resultados estatisticamente fiáveis, o questionário foi administrado a uma amostra representativa da população municipal maior de 18 anos¹ e, para obter, a nível da cada município, uma margem de erro não superior a 4% com um nível de confiança de 95%, foi usado um tamanho de amostra de pouco mais de 600 inquiridos.

Dada a inexistência nos municípios de uma lista dos cidadãos maiores de 18 anos, que permitiria definir uma amostra realmente aleatória, a alternativa foi usar como proxy a distribuição disponível da população adulta por locais e mesas de voto para atingir esse objectivo². Assim, foi definido o número de ques-

tionários a serem realizados à volta de cada um dos locais de votação do município, na proporção do número de eleitores registados em cada um desses locais. Para respeitar a composição da população em termos de género, cada inquiridor tinha como instrução alternar a administração do questionário entre homens e mulheres.

Pretende-se que o Barómetro da Governação Municipal se desenvolva no futuro cada vez mais através do envolvimento de um grupo representativo de actores da vida local, nomeadamente o governo municipal, o sector privado, as organizações da sociedade civil e outros, num processo participativo, para contribuir para um modelo de boa governação.

O relatório está organizado à volta de sete secções temáticas e inclui, para além desta introdução, uma conclusão e um anexo. Na primeira secção, dedicada ao perfil dos in-

quiridos, é apresentada a sua distribuição por município e feita a sua caracterização em termos de idade, educação e ocupação. Ainda nesta secção, são apresentados os dados relativos ao acesso aos serviços básicos de água e electricidade, às principais fontes de informação e ao interesse declarado em relação ao acompanhamento dos assuntos municipais; a segunda secção cobre os aspectos referentes aos direitos, deveres e participação; a terceira secção apresenta os resultados do inquérito no que respeita à confiança nas instituições municipais; a quarta secção é dedicada ao nível de satisfação com os serviços prestados pelo município; a quinta secção trata da percepção da corrupção a nível municipal e explora a questão dos valores éticos no seio dos inquiridos; na sexta secção, são abordados os assuntos da prestação de contas pelas autoridades municipais e os mecanismos de inclusão

política dos munícipes; a sétima secção apresenta a identificação e hierarquização dos principais problemas que afectam a vida dos munícipes. O relatório inclui ainda um anexo, onde são apresentados para cada município os índices de acesso dos cidadãos aos serviços públicos (incluindo a sua capacidade de influenciar as decisões), de confiança na liderança e nos funcionários municipais, de participação na vida municipal (através de diferentes mecanismos de consulta), de satisfação com os serviços prestados pelo município, e de corrupção. Deste conjunto de índices resulta o Índice de Percepção da Governação Municipal (IPGM), que também é apresentado para cada município.

Por IESE

Para aceder ao relatório completo “Barómetro da Governação Municipal (BGM) 2018”, vá a http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/04/bgm_2018.pdf

Sociedade

Da Universidade Politécnica: ANJUR vai apoiar finalistas a fazer exame de acesso à advocacia

A Universidade Politécnica e a Associação Nacional dos Juristas Moçambicanos (ANJUR) assinaram, recentemente, em Maputo, um memorando de entendimento através do qual as duas instituições se propõem a criar e desenvolver, em conjunto, acções e projectos de carácter formativo com vista à promoção da cultura jurídica moçambicana, bem como à consolidação do Estado de Direito.

O acordo prevê, igualmente, a aposta na formação contínua e complementar, no interesse da universidade e ainda dos membros da ANJUR, através da realização de seminários, conferências e workshops, bem como a capacitação profissional e estágios.

Ainda à luz deste memorando, a ANJUR poderá estender aos alunos da Universidade Politécnica os conteúdos de que actualmente dispõe, tais como “Preparação para o Estágio e Exame de Acesso à Advocacia”, “O Direito Processual Civil de A a Z”, “As Peças Processuais em Processo Civil” e “Comportamento em sala de audiências em Processo Penal”, sem prejuízo de outros.

Intervindo após o acto de assinatura, o reitor da Universidade Politécnica, Narciso Matos, afirmou que a materialização do memorando vai contribuir para a melhoria da formação dos estudantes da insti-



Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

dente da ANJUR, destacou os ganhos que resultarão deste acordo, em particular para os estudantes de ciências jurídicas da Universidade Politécnica ao nível do País.

“A Universidade Politécnica tem estudantes de ciências jurídicas que serão juizes, procuradores, advogados e profissionais da área, os quais poderão, a partir de hoje, participar nas acções da ANJUR, tais como a preparação para os exames da Ordem (dos Advogados de Moçambique), debates, palestras e conferências”, referiu José Caldeira.

Importa realçar que, durante a cerimónia de assinatura deste memorando, foi lançado um manifesto denominado “Salvemos os Códigos”, que visa o fortalecimento destes instrumentos, em detrimento de leis avulsas, contribuindo assim para um maior conhecimento do Direito, essencial no exercício da cidadania ou das actividades económicas.

tuição dado que estes terão maior contacto e interacção com profissionais da classe jurídica.

“Nós, como universidade, não podemos fazer uma boa formação sem nos associarmos a agremiações como a ANJUR. É muito importante que um estudante de ciências jurídicas tenha um lugar para estagiar, ouvir palestras ou seminários em que especialistas partilham o que é a prática jurídica na realidade do País”, disse Narciso Matos.

Por seu turno, José Caldeira, presi-

Colaboradores do UBA solidarizam-se com vítimas do Ciclone Idai

Diante da tragédia que assolou a região centro do país, com particular incidência a cidade da Beira, província de Sofala, causando luto e destruição, o United Bank for Africa (UBA) dou, esta segunda-feira, dia 15 de Abril, produtos alimentares, higiene, redes mosquiteiras, purificador de água e roupa destinada às vítimas do ciclone Idai.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Os produtos foram canalizados ao Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC). O director do Gabinete de Coordenação da Reconstrução do INGC, Hígino Rodrigues disse que o gesto demonstrava, uma vez, o espírito solidário de que estão revestidos os cidadãos moçambicanos e não só.



Rodrigues acrescentou que os produtos serão de grande utilidade para as pessoas afectadas pela catástrofe natural, que continuam, apesar da ajuda que tem sido providenciada, a necessitar de apoio multiforme.

Sobre o ponto de situação, o di-

rector informou que, 603 óbitos é o ultimo numero registado até a data.

“Neste momento as águas já voltaram aos seus leitos dos rios, com número de óbitos a rondar nos 603, sendo que alguns corpos já foram localizados e a situação está estável”, ressaltou.

Por seu turno o representante dos colaboradores do UBA, Dan Gobe afirmou que esta é uma acção levada a cabo por todos os colaboradores do banco UBA e tem por objectivo minimizar o sofrimento das famílias efectadas pelo ciclone Idai.

“A situação ocorrida na Beira foi bastante trágica, portanto acreditamos que está é a ocasião para que todos lutemos pela normalização e estabilidade da cidade e com estes produtos doados queremos prestar o nosso total apoio as pessoas afectadas”, finalizou.

 **goste de nós no**
facebook.com/JornalVerdade

Jornal @Verdade

O jornalista Amade Abubacar, detido ilegalmente há 95 dias na Província de Cabo Delgado, é acusado de violação de segredo de Estado e "aliciava jovens a difundir informações, e exibia alguns órgãos de corpos das vítimas dos ataques perpetrados por grupos criminosos". #Moçambique #FreeAmade <http://www.verdade.co.mz/nacional/68335>



Araújo Abdula

Ilegalmente? Então o senhor verdade tem provas concretas da inocência do teu colega que a 9t dias esta trancado ilegalmente. Diga- nos · 4 dia(s)



Francisco Alvarenga

A guerrilha em Cabo Delgado é segredo de estado! · 4 dia(s)



Kino Florentino Silva

So se fosse jornalista da rádio moçambique,ai teria todos os direitos · 4 dia(s)



Senete George

O direito à informação reside aonde mesmo? · 4 dia(s)



Salvador Xerinda

Afinal, que segredo do estado foi difundido? Então é arriscado fazer trabalho de investigação neste país!?? · 4 dia(s)



Angelo Constantino Malache

É tudo larota. Soltem esse jornalista altruista. Se estivesse solto, teria com o seu altruismo nos trazido optima info sobre os estragos do IDAI. E quem sabe, teria descoberto que o governo arquivo o alerta vermelho sobre este ciclone!!! · 4 dia(s)



Ilidio Pina

O mais grave é nao ter uma acusacao formada sobre ele, cadê a legaliidade... · 4 dia(s)



Ginoca Marques

Está tudo doido. · 4 dia(s)



Anidia Tacaiana

inventem... · 4 dia(s)



Remati Abdula

É lamentável que isso tenha acontecido. Enfim... · 4 dia(s)



Muchanga

Mentirosos. Que vergonha · 4 dia(s)



Santos Ze

Afinal a verdade sobre assunto do Cabo delgado tem segredos do estado ?? Há verdades que ninguém deve revelar ?? · 3 dia(s)



Neston Dos Santos

Santos Ze é a nossa justiça fazendo o seu melhor. #Palhacadas · 3 dia(s)



Eusébio Baptista

Todos que tentam mostrar a realidade estão em perigo. O Governo incapaz diz sempre que a situação está controlada. O irmão tem sorte que não foi raptado ou baleado na luz da

noite inocente. Jornalismo é um trabalho com risco de vida. Não só no nosso país! · 4 dia(s)



Kuang Lee

Filmar ou fotografar funcionarios ou agentes do estado eh legal pois eh do interesse do estado saber o que esta a acontecer dentro das nossas fronteiras · 3 dia(s)



Matias Sebastiao Lai

Em Moz nao justica nem investigacao mas sim ordens · 4 dia(s)



Cândido Gabriel

Viva PGR continua a fazer trabalho que não te merece · 3 dia(s)



Mathause Sithoye

Eu não sabia! Afinal um jornalista, para fotografar militares, tem que pedir autorização? E mais: dizem que era "...publicar as fotos, numa conta fictícia das redes sociais...". Nota: "...ERA para publicar...", significa que ainda não tinha publicado, mas consta da acusação. Bem... esta conclusão deixa-me atônito!!! · 4 dia(s)



Adriano Naquira

Meu amigos, se ele tinha autorização para tal feito (fotografar e entrevistar) na área de jurisdição por ele atribuído, que mostrem o credencial que autoriza... Mas se foi autónomo pela coragem ou para manter o emprego contando com 90 dias para ficar em liberdade, lamento. · 4 dia(s)



Kino Florentino Silva

Ate fpmosos agentes da segurança pública

tiram vida de inocente alegando que pertencia a uma quadrilha,e era procurado. · 4 dia(s)



Correia Júnior

Este filme é cópia daquilo que os jornalistas vivem em Angola. Desde quando é que um jornalista deve ter autorização para fotografar, gravar, registrar (apontamentos), enfim... Esta situação em nada ajuda para o pluralismo de ideias. Libertem o escriba! · 4 dia(s)



Juvencio Afonso

Sou da opinião de que devemos aguardar pelo desenrolar do caso para,no final, tirarmos as devidas conclusões. Nem sempre os que nos parecem inocentes ou culpados, o são realmente. · 4 dia(s)



Anidia Tacaiana

ainda bem que é só opinião · 4 dia(s)



Heernando

Mentira. Se o seu Governo esconde que ha ataques em Cabo Delgado. Logo, ele quis actualizar a Nos. · 4 dia(s)



Andaque Albino

Pamutando Heernando Mashavah deixemos em benefício da dúvida. Há defesas. Justiça funciona assim. Esperemos novos desenvolvimentos do assunto. · 4 dia(s)



Assif Adil

Ele facilitava informações aos insurgentes · 4 dia(s)



Anidia Tacaiana

provem... não é so acusar · 4 dia(s)



Vasquinho King

grave acusação · 4 dia(s)



Neston Dos Santos

Serio isso? Hahahahah... só posso me por a gargalhada. Que pouca vergonha é essa da PGR? Ta faltar crimes? Me desculpe mais a PGR ta parecer #Casadasbonecas · 4 dia(s)



Jcfrancisco Marruma

Já estamos informados pessoas fugindo do perigo passou a ser segredo do estado. Assim estamos construindo a nação moçambicana. Que desgraça! · 4 dia(s)



Vasco Santos

Está procuradora e mesmo uma pobre coitada... · 4 dia(s)



David Parente

A PGR de Moçambique em vez de mandar prender os ladrões do povo e assassinos, anda atrás de jornalistas e opositores do governo. Os jornalistas não podem divulgar nenhuma notícia sem autorização superior, é isto país livre? · 4 dia(s)



Nilsio Neves Ernesto

Langa Tudo mentira da PGR ele não é então burro para andar com lista de jovens que fazem parte de sei la all shabab, essa história esta mal contada. · 4 dia(s)



Araújo Abdula

Mais desconhecem a contribuição do Armando Guebuza no caso Dívidas ocultas que está a balar o país mundialmente , e vão prender o ladrão de patos que não prejudica a economia do país · 4 dia(s)

Sociedade

FUNDE alivia sofrimento de alunos carenciados da EPC 25 de Junho em Maputo

A Fundação Universitária para o Desenvolvimento da Educação (FUNDE), procedeu, recentemente, à entrega de um total de 1.000 quilogramas de arroz a 79 alunos de famílias carenciadas, na Escola Primária Completa (EPC) 25 de Junho - Rua 7, em Maputo.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

A acção de solidariedade, desenvolvida em parceria com a fundação tailandesa Tzu Chi, enquadra-se na parceria público-privada para a gestão de escolas primárias, promovida pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo visando a promoção de melhores condições de desenvolvimento da educação.

Mateus Simbine, representante da FUNDE, explicou, a propósito, que foi neste contexto, que a Fundação Tzu Chi, parceira da FUNDE no desenvolvimento de actividades conjuntas para a prestação de assistência às comunidades carenciadas, em Moçambique, disponibilizou 1.000 quilogramas de arroz para o apoio às crianças das famílias mais necessitadas daquela unidade de ensino.

"Quando estivemos nesta escola, no ano passado, tomamos conhecimento da existência de crianças que saíam das suas casas para a escola, sem sequer terem tomado uma refeição e que, provavelmente, voltariam para as suas casas, para



terem a única refeição do dia", lembrou Mateus Simbine, acrescentando que "esta situação tocou-nos bastante, daí que começamos a estabelecer parcerias, no sentido de ajudar a minimizar o sofrimento dessas crianças".

Trata-se, conforme enfatizou, do cumprimento do dever assumido pela FUNDE quando decidiu apoiar a Escola Primária Completa 25 de Junho - Rua 7, no âmbito da parceria público-privada.

Abordado momentos após a entrega do donativo aos alunos, o director da EPC 25 de Junho-Rua 7, Carlos António Nhantumbo, contou que, em Fevereiro último, fez-se um levantamento que resultou no apuramento de um total de 79 crianças, cujas famílias são carenciadas.

"Em princípio, era para dar sopa às crianças desfavorecidas da escola, uma ou duas vezes por semana, durante todo o ano, mas, posteriormente, chegou-se à conclusão de que seria melhor ajudar a

toda família", referiu.

É neste contexto, segundo indicou, que as crianças apuradas levaram consigo para as suas casas dez quilos de arroz cada, o que vai ajudar a melhorar a sua alimentação, uma vez que muitas delas costumam sair de casa para a escola com fome, situação que concorre para a fraca absorção da matéria leccionada.

Presente, igualmente, no acto, o vereador para a Área da Educação e Desporto do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, Edmundo Ribeiro, disse sentir-se honrado pelo gesto de solidariedade da FUNDE, e que deveria ser replicado por outras instituições.

"A alimentação adequada constitui uma das condições para se obter resultados satisfatórios em qualquer área de actividade, daí que se os alunos forem à escola bem nutridos poderão obter melhor desempenho e um aproveitamento escolar satisfatório", concluiu.